



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE PLANALTINA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA
REFORMA AGRÁRIA - ITERRA**

TURMA PATATIVA DO ASSARÉ

**“CONTRIBUIÇÃO DA ACERT - ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS
ECOLOGISTAS DA REGIÃO DE TORRES - NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AGROECOLÓGICA DA JUVENTUDE
CAMPONESA”**

Anelise Carlos Becker Vieira

Orientador: Dr. Fernando José Martins

Brasília-DF, maio de 2011

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE PLANALTINA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA
REFORMA AGRÁRIA - ITERRA**

TURMA PATATIVA DO ASSARÉ

**“CONTRIBUIÇÃO DA ACERT – ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS
ECOLOGISTAS DA REGIÃO DE TORRES - NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AGROECOLÓGICA DA JUVENTUDE
CAMPONESA”**

Anelise Carlos Becker Vieira

Monografia de final de curso submetida à Faculdade UnB Planaltina, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador: Dr. Fernando José Martins

Brasília-DF, maio de 2011

“Ao meu companheiro Marcelo, pelo amor e compreensão, me apoiando e contribuindo nesta caminhada. Aos meus pais, Rosimere e Izaías, que me deram à vida e ensinaram a ter coragem de lutar pelas causas do povo.”

AGRADECIMENTOS

Em uma caminhada como esta, são tantas as pessoas que nos ajudam e, que contribuem para nosso crescimento enquanto pessoa, por isso, não será fácil, agradecer a cada um e cada uma destas, que de alguma forma, fizeram parte desta caminhada e desta conquista.

Não posso esquecer-me da imensa ajuda e o apoio que tive da família, amigos e companheiros de caminhada da Pastoral da Juventude Rural, que sempre foi um espaço onde fui me construindo, me formando, adquirindo valores e aprendendo a lutar por uma sociedade diferente.

A turma Patativa do Assaré, do curso de Licenciatura em Educação do Campo, com a qual tive o prazer de conviver por quase quatro anos e tanto ter aprendido com cada um e cada uma desta turma. Ao IEJC – Instituto de Educação Josué de Castro, ao Iterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e à UnB – Universidade de Brasília, pela construção deste curso e cuidado com esta turma.

Aos jovens e agricultores, aos quais pude dialogar neste período de pesquisa, dando-me elementos para descrever a realidade e analisá-la.

Em especial a mãe Rosimere e ao pai Izaías, que com amor e dedicação me educaram na vivência de valores baseados na agroecologia, mostrando-me a realidade e incentivando sempre a lutar ao lado do povo.

Ao companheiro Marcelo, que sempre apoiou minhas escolhas e juntos, estamos iniciando uma nova caminhada e uma família. Em especial, ao filho “Nicolas”, que ainda em gestação, mas que dá força e coragem para seguir em frente.

Ao orientador Dr. Fernando José Martins, pela paciência e dedicação no acompanhamento da escrita deste trabalho desde o início, possibilitando a chegada deste produto final que aqui se encontra, o meu muito obrigado.

“Certa vez um camponês encontrou no campo um filhote de águia bastante enfraquecido, tomou em suas mãos, levou-o para casa, e após tê-lo recuperado, o colocou para viver junto com as galinhas em seu terreiro. Ali cresceu.

Um dia, passando por ali um sábio, ao ver ave, indagou:

- Essa aí junto com as galinhas é uma águia, não é?

- Era, - disse o camponês. Mas ela virou galinha. Nunca voou e também não voará porque virou galinha!

- Mas ela tem dentro de si a capacidade de voar, - disse o sábio.

- Não voará – retrucou o camponês, – ela virou galinha!

- Vamos então fazer a prova.

Tomaram a águia nos braços e foram para o alto de um penhasco para tirar a dúvida. O sábio tomou a ave, mostrou-lhes a direção do sol e a lançou para o alto. De início a águia começou a cair como se fosse arrebentar-se no desfiladeiro, mas aos poucos começou a mover as asas e a equilibrar-se um tanto desajeitada, e começou a subir como se quisesse beijar o sol. Disse então o sábio: Uma águia jamais poderá ser transformada em galinha. Mesmo que permaneça no chão por muito tempo, ela manterá dentro de si o poder de voar, basta apenas que descubra e desperte para isso”.

Fábula africana
adaptada por Leonardo Boff.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
 CAPÍTULO - I	
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PESQUISA	9
1.1 Município de Três Cachoeiras	10
1.2 O surgimento da agricultura ecológica na região	16
1.2.1 A Teologia da libertação	17
1.2.2 Contribuições da igreja para o processo de construção da agricultura ecológica na região	23
1.2.3 ACERT	25
 CAPÍTULO – II	
2. JUVENTUDE E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AGROECOLÓGICA	30
2.1 Compreendendo agroecologia	30
2.2 Compreendendo formação da consciência	34
2.3 Compreendendo a juventude camponesa	40
 CAPÍTULO – III	
3. CONTRIBUIÇÕES DA ACERT NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AGROECOLÓGICA DA JUVENTUDE	47
3.1 Contribuições da agroecologia para a formação	47
3.2 Como a ACERT contribui para a formação da consciência agroecológica da juventude camponesa	50
3.3 Proposições para avançar no processo de formação da juventude camponesa da ACERT	56
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 60
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 62
 ANEXOS	 66

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi realizada no município de Três Cachoeiras, localizado no Litoral Norte Gaúcho, mais precisamente, tendo como campo principal a ACERT – Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres. Os sujeitos pesquisados são jovens inseridos no espaço da associação, bem como com jovens que não mais se encontram organicamente, mas que passaram por ela, a fim de perceber, como a ACERT pode contribuir com os processos de formação da consciência agroecológica da juventude.

Na região de Torres, ou seja, na região do litoral norte do Rio Grande do Sul existem diversas experiências de grupos de agricultores e agricultoras ecologistas, bem como diversas organizações e movimentos que tem como discussão a agroecologia. A ACERT, uma associação de famílias que trabalham ecologicamente, é pioneira na região, teve seu início nos finais dos anos 1980 e início da década de 1990, contando com a ajuda da Pastoral da Juventude Rural e de padres com ideais na Teologia da Libertação.

Há diversas pesquisas e estudos sobre juventude, porém, a juventude do campo é pouco lembrada pelo mundo acadêmico e científico, deste modo, esta pesquisa vem de encontro com a necessidade de se ter trabalhos que analisem e contribuam com a realidade da juventude, que se encontra no meio rural. E, da mesma forma, tentar relacionar o processo de formação da consciência agroecológica da juventude dentro de um espaço que ela atue. Por isso a ACERT é o campo desta pesquisa, pois foram jovens que iniciaram seu processo, e ainda há jovens que nela atuam, a intenção é perceber como a ACERT pode ser um espaço que contribua na formação da consciência, tanto nos jovens que ainda atuam, mas também em jovens que já passaram por ela, mas levam consigo aprendizados e saberes por toda sua vida.

Arrisca-se afirmar, que a ACERT, é um dos espaços de formação da juventude, ou seja, forma sujeitos para atuação na sociedade. Isso porque, muitos dos jovens que contribuíram no processo de construção da agricultura ecológica na região, estão até hoje, comprometidos com a causa social, ou seja, engajados na luta, sendo numa associação, pastoral ou movimento social. Hoje, os jovens que

participam dos espaços da ACERT, também têm uma formação diferenciada, suas concepções de mundo e consciência podem ser percebidas em suas colocações e na sua participação na sociedade.

Esta pesquisa foi realizada tanto no âmbito bibliográfico, com leituras sobre os temas relacionados, estudo do histórico da região e da associação (ACERT), bem como, estudos para entender a própria juventude e como se dá o processo de formação da consciência. Aconteceu também pesquisa de campo, vivenciando com jovens e agricultores da ACERT seus momentos de trabalho, reuniões, confraternizações e entrevistas. Essas entrevistas ocorreram com três jovens e dois agricultores que quando jovens ajudaram a formar a associação¹.

Para uma melhor leitura e compreensão de como se deu este processo de pesquisa e os resultados obtidos através dela, este documento será organizado em capítulos, precedidos pela introdução, e finalizado com as considerações finais. Estes seguem uma lógica de apresentação, mas não necessariamente cronológica, pois aqui se encontrarão as descobertas da pesquisa, que não foi linear, mas respeitou os movimentos da realidade, que é dialética. Para isso terão três capítulos.

O primeiro capítulo trás uma contextualização histórica do local da pesquisa, bem como foi o processo da introdução da agricultura ecológica na região, assim como a fundação da ACERT. O segundo capítulo tem como objetivo compreender os sujeitos da pesquisa, por isso será definido os conceitos de juventude camponesa, assim como qual a compreensão de agroecologia e formação da consciência agroecológica. Já no terceiro capítulo, conterão as análises dos dados obtidos através da pesquisa, ou seja, quais as contribuições da ACERT para o processo de formação da consciência agroecológica da juventude, como também conterá proposições para avançar com o processo de formação da juventude dentro da ACERT.

Sendo assim, este trabalho irá mostrar e apresentar aspectos da realidade pesquisada, fazendo análises e tirando algumas constatações e, podemos arriscar chamar de respostas para os problemas de pesquisa, de como a ACERT forma os jovens, ou como ela faz para contribuir no processo de consciência agroecológica da juventude camponesa que dela já fez parte ou que nela ainda atue.

¹ Os roteiros para as entrevistas estão em anexo a este trabalho.

CAPÍTULO – I

“Nessa terra de gigantes
(eu sei, já ouvimos tudo isso antes)
A juventude é uma banda
Numa propaganda de refrigerantes
As revistas
As revoltas
As conquistas da juventude
São heranças
São motivos
Pr’as mudanças de atitude
Os discos
As danças
Os riscos da juventude
A cara limpa
A roupa suja
Esperando que o tempo mude”

Engenheiros do Havai
Terra de Gigantes, 1987

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PESQUISA

Pesquisar exige muito mais do que um simples conhecer da realidade, pesquisar exige um “envolver” com a história do lugar, do povo, da vida das pessoas. Faz-se necessário, compreender os processos de formação histórico e cultural da comunidade e sujeitos que fazem parte deste processo. Esse envolvimento com a realidade é comprovado através da pesquisa participante, como podemos ver em CAMPOS (p. 63, 1984):

Estas experiências (pesquisas participantes), na maior parte dos casos, desenrolam-se com grupos da população que desejam conhecer melhor algum aspecto de sua realidade, para poder agir sobre ela.

Desta forma, este primeiro capítulo traz um pouco da formação do município de Três Cachoeiras, trazendo sua história, bem como se organiza atualmente. Da mesma forma, será contada a história de como se iniciou o processo de formação da

agricultura ecológica na região, quais foram os movimentos que contribuíram neste processo, e principalmente a formação da ACERT, objeto de estudo da pesquisa.

1.1. Município de Três Cachoeiras

Três Cachoeiras é um município jovem, está localizado na Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, sendo emancipado em 1988. Porém sua história começa muito antes de se tornar um município, estando ligada a uma história de mais de 400 anos, quando Bandeirantes de São Paulo vieram abrindo um “picadão” até os campos do Rio Grande do Sul. Como conta Ignácio José Schaeffer² (1985: p. 18): “Sua história começa lá pelo século XVII, ou seja, em 1600. Existe no contexto de sua história, um misto de realismo, anedotas, lendas, muita credence e superstição.”

Contudo, os Bandeirantes não foram os primeiros habitantes de Três Cachoeiras, os índios já estavam instalados nesta região, eram os Carijós, um povo pacífico, como complementa Schaeffer:

Os índios [...] eram pacíficos e só reagiam diante da ameaça de usurpação dos seus domínios que, naturalmente, lhes pertenciam ou, pelo desrespeito que lhes tocasse nos seus rígidos princípios morais e honestos que lhes eram sagrados.(SCHAEFFER, 1985: p.23).

Os Bandeirantes vinham abrindo “clareiras” na mata fechada, estas clareiras possibilitavam que os índios e paulistas fizessem suas plantações. Os índios plantavam milho, feijão, batata e outras culturas, os Bandeirantes procuravam serem amigos dos índios, os ajudando com o plantio e colheita, a fim de obter alimentos para o prosseguimento da viagem. Porém o principal objetivo era encontrar ouro e prata, que diziam estar “rolando por sobre a terra” como diz Schaeffer. Outro motivo era aumentar e explorar cada vez mais a área do território brasileiro, bem como dividir o Brasil em Colônias, e fazer dos índios escravos.

² Autor do livro “Breve relato Histórico de Três Cachoeiras” e filho de José Felipe Schaeffer que é considerado um dos fundadores do município.

Da mesma forma, as picadas e clareiras que eram abertas possibilitaram que outros aventureiros fizessem caminho por elas, e assim ir formando povoados. As pessoas que começaram a se instalar por Três Cachoeiras eram de diversas origens, começaram a cultivar a terra, formando engenhos de açúcar e de farinha. E assim foi se formando Três Cachoeiras.

Na encosta do morro, perto dos povoados que iam se estabelecendo, haviam três arroios paralelos, que naquela época era abundante de águas, e de longe era possível ouvir seu Barulho. A origem do nome desta cidade é oriunda destes três arroios, Schaeffer (1985: p. 27-28) descreve este momento:

Era tempo de enchente e, atraídos pelo barulho, alguns paulistas foram examinar o terreno e encontraram em meio à mata verdejante três arroios. Acharam bonitas aquelas corredeiras no meio da floresta. Um deles empolgado por tanta beleza pegou um punhal e traçou numa grossa árvore as letras TC, iniciais das palavras “TRÊS CACHOEIRAS” e as duas cruzes, simbolizando as cruzeiras que eles Bandeirantes usavam no pescoço, como emblema das terras de Santa Cruz.

Se por um lado foi bom a entrada dos Bandeirantes na região, a colonizando e formando comunidades, por outro lado esta colonização foi negativa, como afirma Schaeffer:

Por outro lado, a sua permanência entre os silvícolas foi altamente negativa, pela deturpação da inocência dos naturais, legítimos brasileiros e manchando indelevelmente com sangue o solo brasileiro, nascido sob o signo da Cruz. (1985: p. 33)

Em 1750, durante a imigração portuguesa, oriundos das Ilhas dos Açores, chegaram ao Brasil, pelo porto de Rio Grande, chegando em Porto Alegre e Viamão, tempos depois vieram para o Litoral Norte, na região das margens do Rio Mampituba em Torres. A sobrevivência era baseada na caça e na pesca, abundantes ainda naquela época. Esta situação fazia com que as famílias não se fixassem em um local, em virtude da procura pela alimentação.

Lá pelos anos de 1800, os índios abandonaram suas terras, este fato aconteceu devido as ataques que estavam sofrendo pelos donos de engenhos e outros moradores. Uma das noites aconteceu um ataque, um verdadeiro massacre, que não respeitou mulheres, idosos e crianças. Isso ocorreu por que os índios estavam com a posse das terras da região.

Dentre a história local, podemos destacar também os Tropeiros, que eram como intermediários no processo de compra e venda de alimentos. Os mesmos também trouxeram escravos, para ajudar com os afazeres da casa, das plantações e inclusive do trabalho nos engenhos de cana de açúcar, na fabricação de cachaça e açúcar.

Alguns anos depois, lá pelos anos de 1827, chegaram na região, os imigrantes alemães, pois as terras em São Leopoldo, primeiro espaço da colonização alemã no estado já estavam todas ocupadas. Estes imigrantes foram separados conforme seu credo religioso:

Os católicos ficaram estabelecidos na colônia de São Pedro, ocupando os terrenos entre a Lagoa do Morro do Forno e a Lagoa do Jacaré. O local escolhido, inicialmente foi junto ao Rio Mampituba, porém, devido a uma grande inundação, a Colônia foi transferida para locais mais elevados. [...] Os protestantes foram para Três Forquilhas, distante de Torres, mais ou menos oito léguas. Entretanto, ambos os grupos enfrentaram grandes dificuldades pois, a ajuda que recebiam do Governo era pequena e sofriam privações de toda a espécie. Faltava até comida, uma vez que, teriam que esperar quase um ano para a próxima colheita. Faltavam recursos médicos. As crianças e adultos adoeciam e, se os chás não fizessem efeito, a morte era certa porque não havia hospital, nem médico. (SCHAEFFER, 1985: p. 79-80)

Os meios de transporte naquele tempo eram limitados às mulas, estas condiziam para os mercados consumidores alguns produtos, como cachaça, farinha de mandioca, arroz e feijão, levavam até as praças de Caxias do Sul, e vizinhanças, como Lagoa Vermelha e Vacaria. De lá traziam charque, vinho, pinhão e outros. Este negócio era feito a base da troca destes produtos.

A imigração italiana chegou à região um pouco mais tarde, no final do século XIX. Eram famílias que já haviam chegado da Itália e estavam já residindo em Caxias do Sul e redondezas. Os imigrantes passaram a colonizar o interior do município de Torres. Em especial um espaço mais fértil que encontraram, ou seja, na encosta do Morro Azul. A Colônia de Morro Azul tornou-se o 4ª distrito de Torres em 1929, porém com a emancipação da cidade de Três Cachoeiras, em 1996, a comunidade de Morro Azul desliga-se de Torres para fazer parte de Três Cachoeiras.

A implantação desta colônia coincidiu com as promessas de construir um porto marítimo em Torres, isso fez com que mais famílias viessem de Caxias do Sul e comprassem lotes na região de Torres. Deste modo, estabeleceram um grupo de

colonizadores na comunidade de Morro Azul, e que depois, com a construção da rodovia BR 101 em Três Cachoeiras, muitos se deslocaram para as proximidades da rodovia.

Deste modo, a região foi se constituindo, e constituindo também a comunidade de Três Cachoeiras, tendo como principais colonizadores os portugueses, alemães e italianos. Bem como podemos encontrar neste trecho do livro *Três Cachoeiras e suas comunidades*:

Essas três correntes de povoamento foram se integrando entre si e consolidando seu progresso econômico-social, na mesma medida em que se adaptavam às condições locais e regionais. (DELAÍ, RUSCHEL. 1996: p. 20)

Como a comunidade de Três Cachoeiras e região, começava a crescer cada vez mais, as famílias reivindicaram a construção de uma capela. Com isso, começaram a se organizar, procurando terreno, planejando, até que em 1922 é iniciada sua construção. Uma curiosidade da época era a forma como as pessoas se dividiam dentro da capela, homens de um lado, e mulheres de outro, bem como nas procissões, homens e mulheres não ficavam juntos.

A comunidade também se organiza para construção de uma escola, pois já havia muitas crianças, e precisavam viajar muito longe para ter acesso à escola. Houve a iniciativa de um professor que ministrava aulas em um galpão, algum tempo depois, foi construída a primeira escola.

Neste mesmo sentido, iam aparecendo estabelecimentos comerciais, como a Casa de Negócios “Secos e Molhados”, uma serraria e olaria, destilaria de álcool, a venda do “Seu Luizinho” que tinha uma diversidade de produtos, bem como tecidos, instrumentos agrícola e alimentos, como sal, farinha, açúcar, dentre outros.

A comunidade foi crescendo, a cada ano aumentava mais o número de moradores, espaços comerciais, cooperativas de agricultores, bancos, igreja, salão comunitário e recreativo. Podemos identificar como fatores que influenciaram neste rápido crescimento, a construção da BR 101, e inauguração em 1968, como afirmam Delai e Ruschel:

São vários os fatores que ajudaram o crescimento rápido de Três Cachoeiras, que motivaram sua autodeterminação política. Pesou fortemente em seu desenvolvimento a BR 101, que atravessou de Sul a

Norte sua comunidade, como também a estrada de Três Cachoeiras a Praia Grande, do Sul a Nordeste. (1996: p. 71)

Com a construção desta rodovia, o número de caminhoneiros em Três Cachoeiras vem aumentando significativamente, bem como sua frota de caminhões. A estrada que liga Três Cachoeiras à Praia Grande, já no estado de Santa Catarina, citada acima, atualmente é uma rodovia asfaltada, a RS 494, que tem como função ligar os dois estados.

Todo este crescimento e desenvolvimento da cidade levaram a um processo de emancipação, sendo realizado um plebiscito em 1987, onde a maioria votou “sim” para a emancipação. Em 29 de abril de 1988, o Município foi criado pela Lei 8.578. De início as comunidades que faziam parte do município recém criado eram: Santo Anjo, Lajeadozinho, Rio do Terra, Alto Rio do Terra, Alegrete, Chapada do Alegrete, Chapada dos Mesquita e Caravágio. Com uma área de 212 quilômetros quadrados e 15 mil habitantes.

Somente em 1995 foi realizado um plebiscito na comunidade de Morro Azul para pertencer ao município de Três Cachoeiras, sendo a maioria dos eleitores votando “sim”, Morro Azul passa a pertencer ao novo município.

Atualmente o município de Três Cachoeiras é composto pela sede Três Cachoeiras, e as comunidades: Santo Anjo da Guarda, Lajeadozinho, Rio do Terra, Alegrete, Vila Fernando Ferrari, Mesquitas, Caravágio, Chapada dos Mesquitas, Chapada do Alegrete, Alto Rio do Terra, Raposa e Morro Azul. Numa área total de 252,7 km², e numa altitude de 15m do nível do mar.

O Município de Três Cachoeiras está localizado na região Litoral Norte do Estado, distante 185 km de Porto Alegre, por via rodoviária, através da BR 101, que atualmente está em processo de duplicação. Situa-se no Km 22 desta BR, sendo esta rodovia a principal via de acesso. Outro acesso pode ser conseguido através da RS 494, que liga o município a Morrinhos do Sul e Mampituba, chegando até o sul de Santa Catarina.

Suas delimitações são ao Sul com os municípios de Terra de Arreia e Três Forquilhas; ao Norte com o município de Dom Pedro de Alcântara; ao Leste com o município de Arroio do Sal e a Oeste com o município de Morrinhos do Sul. Têm como clima ameno-seco, é uma região plana com morros, vales e tem sua encosta a Serra Geral, conforme ilustra o mapa a seguir:



Figura 1: Mapa de localização de Três Cachoeiras – RS
 Fonte: <http://maplink.uol.com.br>

A população estimada é de 10.305 habitantes, sendo que em área urbana são 5.202 habitantes e 5.023 habitantes na área rural. A imigração também é bastante distinta, como podemos ver no histórico contado anteriormente, 60% são alemães, 20% açorianos, 15% italianos e 5% são poloneses³.

A economia que movimenta o município é diversa, o comércio, as empresas prestadoras de serviços e a indústria, especialmente de móveis e esquadrias têm significativa participação na vida econômica do município de Três Cachoeiras. Na área de prestação de serviços, existem duas agências bancárias, bem como vários profissionais liberais e escritórios que executam diversas atividades. Já o ramo de indústria de móveis e esquadrias projeta Três Cachoeiras a nível estadual e Sul do Brasil. Daqui saem belas obras em móveis artesanais. Três Cachoeiras é conhecida também, como a “Terra dos Caminhoneiros” por ter um grande número destes profissionais.

A Economia Agrícola também é muito importante para o município, já que quase metade de sua população se encontra no meio rural. As plantações de banana surgiram em 1915 aproveitando as encostas dos morros. Atualmente a banana é a principal cultura, dando a Três Cachoeiras o título de "Maior Produtor de Bananas do Rio Grande do Sul". A segunda cultura é o tomate, há destaque ainda para o abacaxi e olerícolas. Na pecuária o rebanho bovino de leite também representa economicamente o município.

³ Informação extraída do site Oficial de Três Cachoeiras – RS.

A produção de aguardente de qualidade vem recebendo apoio, com a organização de associações de produtores. A agroindústria vem tomando forma e já contamos com diversas delas em funcionamento, bem como a produção de cachaça, açúcar e melado. Contamos também com uma Agroindústria na comunidade de Morro Azul, trabalhando com doces de frutas, conservas e frutas desidratadas, sendo que este trabalho é de forma agroecológica, e fornece a diversos mercados e também para escola e entidades da região através do projeto Fome Zero do Governo Federal.

Como podemos ver, todo este processo de colonização e “desenvolvimento” foi se dando de uma forma rápida, e desrespeitando a cultura dos povos que aqui se encontravam. Abrindo clareiras nas matas, formando vilas e povoados, mais tarde construindo rodovias, gerando um grande número de estabelecimentos comerciais, indústrias, lojas entre outros. Na agricultura esta devastação ainda é maior, pois grande parte dos agricultores derrubou quase toda a vegetação natural para fazer suas plantações, de uma forma não harmônica com a natureza, usando um grande número de agrotóxicos, poluindo a terra e todo o meio ambiente. Em especial nos anos 50, com o final da II Guerra Mundial, com a sobra de resíduos bélicos e químicos, iniciou-se este modelo de agricultura que temos hoje, baseada na produção em larga escala e com grande número de agrotóxicos, a chamada “Revolução Verde”. Iremos retomar mais a frente o que foi este movimento.

Foram poucos os agricultores que mudaram sua forma de se relacionar com o meio em que vivem, cuidando da terra, produzindo de forma harmônica com a natureza. É o que veremos na próxima seção deste capítulo.

1.2. O Surgimento da Agricultura Ecológica da Região

A mais de vinte anos, na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, iniciou-se um movimento de agricultores que se preocupavam com o cuidado da natureza, com a saúde dos agricultores e também daqueles que se alimentavam dos frutos da terra. Desta forma, um grupo, ainda pequeno, juntamente com a colaboração de alguns padres, começaram a refletir e planejar um trabalho baseado na agricultura

ecológica, que além de produzir alimentos saudáveis, também iria contribuir com a sustentabilidade das famílias agricultoras.

Esse movimento não se deu apenas pela relação destes jovens agricultores com os padres da região, mas também porque algumas famílias estavam ficando doentes pelo uso de agrotóxicos. Começaram a entender que o uso destes “defensivos agrícolas” poderia fazer mal a eles. Outra situação era que os agricultores enfrentavam dificuldades de encontrar mercado para a produção. Com o tempo iam percebendo que em grupos tudo ficava mais fácil.

Nestas próximas páginas, será resgatada a história de como as pessoas foram se conscientizando da importância da agricultura ecológica, e para isso será feito um resgate desde a concepção da Teologia da Libertação, bem como a contribuição de alguns padres da Igreja Católica, até o surgimento da ACERT – Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres. E não perdendo o foco da pesquisa, fazendo uma ênfase na participação da juventude e como ela veio ao longo do tempo se formando conscientemente nas bases da agroecologia.

1.2.1. A Teologia da Libertação

Para entender melhor a história desta associação a qual foi realizada a pesquisa, precisamos também compreender o movimento da história, as tensões e as organizações populares que se formavam no Brasil, Rio Grande do Sul e região.

Nas décadas de 1920 e 1930, a Igreja Católica passava por um momento de crise no Projeto de Evangelização na Europa, a luta de classes movimentava a vida dos europeus, entre as ideologias antagônicas: fascismo e nazismo, da direita conservadora, contra o marxismo da esquerda progressista.

Estas ideologias ameaçavam a doutrina cristã, e grande parte da população tomava consciência de questões negadas e isso causava um afastamento do cristianismo. Para isto, a Igreja voltou a abrir-se para o povo, onde leigos também assumiram a missão de evangelizar. Como podemos ver, evangelizar tem um sentido amplo:

Em meio às *urgências de desescravização do homem latinoamericano*, marginalizado do processo histórico em mais de 60% e condicionado por

férreas dominações de correntes da estrutura do “estatos quo”, o processo de Evangelização é impensável como “evangelização pura”, o que de resto jamais é válido, mas implica forçosamente na profecia (*denuncia e práxis*) duma ruptura estrutural de cunho anti-capitalista. (CECHIM, 2010, p. 45)

Com esse movimento de evangelização, é implementado a *Ação Católica Geral*, como podemos comprovar com o trecho seguinte:

O pessoal da Ação Católica de linha francesa começou a entrar em contato com o marxismo e entender que o marxismo era o único instrumental global de análise da realidade, para aquele tempo. Hoje, segundo Antônio Cechin, está ampliado por um instrumental ecológico, que é agora uma contribuição da Teologia da Libertação. O “Ver, Julgar e Agir” ganhou um contexto muito maior, agora, com o ecológico. (PEREIRA, 2009, p. 34).

A juventude começa a se organizar, e o primeiro movimento é a JOC – Juventude Operária Católica. Assim vários grupos começaram a se organizar a partir de suas especificidades. Neste sentido é formado a AEC – Ação Especializada Católica que articula cinco organizações de jovens: JAC – *Juventude Agrária Católica*, JEC – *Juventude Estudantil Católica*, JIC – *Juventude Independente Católica*, JOC – *Juventude Operária Católica* e JUC – *Juventude Universitária Católica*. Estas organizações apropriaram-se do método VER – JULGAR – AGIR.

Este método era realizado primeiramente na leitura da realidade, o exercício de VER, “analisar a luta de classe, as forças políticas”. O segundo momento era JULGAR, julgando a realidade com base nos textos bíblicos, na vida de Jesus Cristo e nas primeiras comunidades. O terceiro e último momento era da AÇÃO, assumindo compromissos de transformar a realidade analisada. (TIETBÖHL, 2006).

Essa aproximação ao marxismo passa a ser vista com desconfiança no Brasil, por parte da Igreja conservadora. Os católicos que não podiam fazer parte do Partido Comunista, por serem considerados ateus, aderiram ao instrumental marxista, começando a organização da *Ação Popular*. Esta não era um partido, mas uma organização de católicos com uma opção socialista (PEREIRA, 2009).

Mas a Ação Católica passa a ser vista como subversiva pela política nacional e a Igreja a vê como ateia, e surgem questionamentos dentro da própria Igreja. Além de não ser bem compreendida por alguns bispos também ocorreu que alguns padres as Ação Popular deixaram o sacerdócio. (Idem, p. 35)

Os jovens também participavam da Ação Católica, mais tarde, estes jovens ingressaram na vida pública e partidária, inclusive lideranças que enfrentaram a ditadura militar e ajudaram a democratizar o país.

Este método da AEC chegou ao Brasil na última fase da Era Vargas, a instituição do Estado Novo, ao final da década de 1930. A JAC tornou-se a primeira experiência de organização de jovens rurais no Brasil. Surgiu na perspectiva da formação de militantes e dirigentes jovens, e na renovação da pastoral rural. Organizavam pequenos núcleos de jovens, realizavam visitas, acompanhavam os grupos articulavam novos núcleos. Assim, o objetivo é de “Dinamizar a comunidade para que esta desencadeie um processo de transformação da sua realidade, ‘passando de condições menos humanas a condições mais humanas’.” (CECHIN, 2010, p. 57).

Este trabalho gerou muitas lideranças, porém durante a Ditadura Militar, muitos foram presos, mortos, torturados e exilados, desarticulando a base. Com isso, o trabalho foi enfraquecendo, até desaparecer. A Igreja voltou-se para si, separando a fé da política. Uma cartilha de formação política elaborada em 1998⁴, chamada de “Olha, nós fazendo política” aponta esta separação:

Fé: de forma mais comum, criou-se a percepção de que fé se resume naqueles atos e manifestações de cunho religioso: devoção, oração, participação no culto, na comunidade... A fé é vista como prática, um momento da vida. Importante e essencial para alguns, dispensável para outros. Esta compreensão sustenta a idéia de que fé e política não se misturam. (GUARESCHI, et al. 1998, p. 28)

Da mesma forma que apresentam que a Igreja faz esta separação, na visão da Teologia da Libertação é apresentada outra concepção:

Mas há uma outra compreensão: a fé como opção de vida, uma atitude de fundo que orienta todos os atos. É um jeito de viver, um modo de ser. Se a fé é opção de vida, ela exige coerência. Portanto, uma opção de fé pede uma opção ética. [...] A pessoa que assume um estilo de vida coerente com sua fé, assume na prática uma atitude política. Portanto, fé, ética e política são dimensões de uma mesma realidade. A fé nos oferece a base, os princípios e as orientações para nossa participação política. Pela política encontramos os meios para concretizar o que acreditamos pela fé. (Idem, p. 28-29)

⁴ Esta cartilha foi elaborada em 1998 por um grupo de pessoas ligadas ao Grupo de Reflexão articulado pelas pastorais Sociais, 3ª SSB/RS, Cáritas Brasileira/RS, CPT, CEBI/RS, ESTEF, Igreja Anglicana, Igreja metodista, CECA, IPJ, COMIG.

Durante a época da Ditadura foi proibida a organização contra o modelo político vigente. Mesmo sendo proibido qualquer tipo de articulação, grupos de encontravam, estudavam e discutiam formas de resistir. Neste mesmo cenário, e após a Segunda Guerra Mundial, chega ao Brasil a “Revolução Verde”. Anunciada como a grande transformação e modernização do campo e evolução da agricultura brasileira. Esta “revolução” propunha o uso de maquinários pesados e produtos químicos, sobras da guerra modificadas para tratores, herbicidas, inseticidas e outros. A propaganda dizia acabar com a fome no mundo. E com isso apareceram diversos problemas, desde os impactos ambientais até sócio-culturais, até mesmo o envenenamento das pessoas.

Ainda tem o fato que a produção agrícola, antes quase auto-suficiente, começa a se tornar cliente da indústria. E quem fica de fora desse modelo é chamado de atrasado. “Nas décadas seguintes, essa revolução se incorporou às mentalidades dos agricultores, dos agrônomos e dos planejadores”, (Khatounian, 2001).

O momento era de repressão às organizações populares e de imposição de um pacote para alienar a agricultura, sendo que o objetivo era de manter cada vez mais os agricultores sob os comandos do capital, através do monopólio de insumos agrícolas.

Através do encontro de Medellín, brasileiros se reuniram com Paulo Freire que estava exilado no Chile. Com a catequese libertadora foram surgindo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O tema gerador, muito utilizado por Paulo Freire, é a realidade, o sofrimento do povo era o ponto de partida das discussões da comunidade de base (PEREIRA, 2009).

Praticamente todo o continente Latino Americano vivia uma conjuntura de reação popular frente à situação política, social e econômica da região e à repressão dos governos militares. Vem a contribuição do marxismo como ferramenta de análise da realidade. E, internamente na vida da Igreja, ocorreu, poucos anos antes, o Concílio Vaticano II (1962-65). Antes do Concílio teve a Ação Católica e depois, na América Latina e o Caribe, teve lugar a Conferência de Medellín (agosto e setembro de 1968). As CEBs foram enraizando e florescendo por toda a parte. E na Igreja se levantam vozes progressistas e corajosas contra o regime militar. Era o nascimento e o desenvolvimento da Teologia da Libertação na América Latina e no Caribe. (PEREIRA, 2009, p. 55-56)

Em diversos países da América Latina surgiram formas de resistência popular, articulados com a Teologia da Libertação. Esta era motivada por bispos,

padres, religiosos e por religiosas que sonhavam com uma sociedade diferente. A Teologia da Libertação nasceu da práxis dos pobres e oprimidos, organizando o povo através das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's. Os princípios que caracterizavam o trabalho de organização do povo eram a solidariedade e a compaixão aos oprimidos. Vejamos o que diz Antonio Cechim (2010, p. 49) sobre as CEBs:

Uma Comunidade Eclesial de Base se reúne e reflete sobre o seu próprio processo histórico. Do micro ao macro (local, regional, municipal, nacional, continental, mundial... em círculos concêntricos). Fatos e acontecimentos do cotidiano são analisados com o melhor instrumental possível, o mais abrangente ou global, que exista.

Este movimento que a Teologia da Libertação provocou, internamente na Igreja gerou muitos conflitos, pois uma parte dela defendia o conservadorismo e a outra parte defendia uma Igreja Libertadora, esta deveria ficar ao lado dos pobres e oprimidos. Durante muito tempo no Brasil, a Teologia da Libertação foi à referência dos povos camponeses, estudantes, operários, etc.

Neste âmbito, começaram a surgir Associações de Jovens Rurais nas comunidades. Logo após a Ditadura, no Rio Grande do Sul, iniciaram alguns trabalhos com a juventude, com a Pastoral da Juventude Geral, tentando dar continuidade à AEC. Também aconteciam capacitação de agentes pastorais, um programa do TAPA – Treinamento para Ação Pastoral, elaborada pela Frente Agrária Gaúcha, tinham o apoio da CNBB Regional Sul 3⁵.

Porém a Pastoral da Juventude Geral não conseguia responder todos os anseios das diversas “juventudes” que estavam se organizando. A juventude da roça procurava uma nova alternativa, nascia então, em 1983, a PJR - Pastoral da Juventude Rural, que surgia como uma pastoral libertadora.

Esta juventude do campo que começou a se organizar na PJR, tinha muitas necessidades, como afirma TIETBÖHL (2006, p. 20): “necessidade de (re) animar, (re) organizar e conscientizar a massa jovem do meio rural para a transformação social.” Neste sentido, os jovens constroem uma proposta de formação para os jovens rurais, para um outro modelo de agricultura, visando a agroecologia, contrapondo o modelo do agronegócio do capitalismo. Foram realizadas muitas

⁵ CNBB - Conferência nacional dos Bispos do Brasil, e neste caso, especificamente, a regional Sul 3, sendo este o estado do Rio Grande do Sul.

reuniões para construção deste plano de formação, podemos ver a seguir um trecho de uma destas reuniões:

Não há uma experiência única. Está numa fase de transição, saindo da 'Pastoral da água benta' para uma pastoral que desperte a consciência crítica dos jovens. Através de treinamentos, que os jovens despertem para uma consciência crítica, superem a consciência ingênua e a partir disto procurem se organizar. (relatório da 1ª reunião de agentes de pastoral de juventude do meio rural, Três Passos, 1983)

A pastoral da juventude rural elaborou um subsídio de formação, com quatro volumes, chamado: "Jovem da Roça também tem valor". O material trabalhava em torno da organização dos grupos de jovens e uma reflexão da vida, identidade e mística enquanto trabalhadores camponeses.

No ano de 1985, a ONU⁶ declarou o Ano Internacional da Juventude, muitas organizações realizaram atividades em torno desta comemoração. No Rio Grande do Sul, o encontro aconteceu em Três Passos, em setembro de 1985, com 50 mil jovens. Além de celebrar a vida da juventude, também denunciaram as más condições de vida do jovem da roça, reivindicando a sua participação política nas questões econômicas, sociais, e políticas do país. O maior objetivo era a permanência do jovem na roça.

Neste período outras organizações começam a surgir, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, atualmente chamado de Movimento de Mulheres Camponesas - MMC. Este período foi marcado pela ascensão da organização da massa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, sindicatos e movimentos sociais. A PJR surge também do ponto de vista político, como um espaço de participação e organização autônoma da juventude rural. A nível nacional, a PJR inicia apenas no ano de 1988, cinco anos após seu surgimento no Rio Grande do Sul. Agora mais recente, já no ano de 2001, a PJR entra na articulação da Via Campesina⁷, pautando as lutas comuns destes movimentos.

⁶ ONU – Organização das Nações Unidas.

⁷ A Via Campesina é uma organização internacional, criada em 1990, que coordena organizações camponesas da África, Ásia, América e Europa. No Brasil, fazem parte da Via Campesina os movimentos MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, PJR – Pastoral da Juventude Rural e CPT – Comissão Pastoral da Terra.

1.2.2. Contribuições da Igreja para o processo de construção da agricultura ecológica na região

Como já vimos, parte da Igreja, preocupada com a vida dos pobres e oprimidos, trabalhava na linha da Teologia da Libertação, e tinha como ferramenta, as Comunidades Eclesiais de Base. Como pode ser conferido no trecho a seguir:

Depois as CEBs se deram a conhecer também como fermenta na massa, sal, luz, células vivas de Igreja etc. desde o início identificaram-se como espaço propício de articulação da fé e da vida; lugar de diálogo e abertura ecumênica; terreno da valorização da diversidade, de inculturação, de vivência da solidariedade e busca de libertação. Afirmaram-se como ambiente de formação da consciência crítica, de construção de novas relações sociais, ecológicas, étnicas, de gênero... Enfim, comunidades inconformadas com as injustiças e desigualdades, em busca de uma nova ordem social. (SUSIN, 2009, p. 64-65)

É neste contexto que na região de Torres, alguns padres, vindos da diocese de Caxias do Sul, que na época (1990) abrangia também esta região, acreditavam na construção de uma sociedade diferente. O trabalho de cunho ecológico, como visto acima, era um dos trabalhos desenvolvidos pelas CEBs. Desta forma, estes padres, trouxeram algumas experiências de grupos que estavam iniciando um trabalho agroecológico na Serra Gaúcha, mais especificamente nos municípios de Antônio Prado e Ipê. Assim estes padres incentivaram jovens a conhecer as experiências iniciadas na Serra, e desta maneira começar um processo de conscientização a fim de formar associações de agricultores e agricultoras ecologistas no Litoral.

Sendo assim, os jovens litorâneos realizaram intercâmbio com a juventude serrana, e iniciou um trabalho de troca e conscientização. A Igreja, ou melhor, parte da sua estrutura, ajudava a bancar financeiramente as viagens de intercâmbio, os cursos de formação e assessorias, até mesmo contribuía com o uso dos carros das paróquias e, diversas outras iniciativas. Na região do Litoral Norte, eram usados os próprios espaços dos Templos, Casas Paroquiais, e Salões para fazer as reuniões dos grupos de jovens.

Muitas pessoas criticavam esta ajuda que os padres davam a juventude, dizendo não ser o papel da Igreja de mobilização do povo. Não se importando com estas críticas, se apoiavam em ideias como de Susin (2009, p. 70): “Não basta que a

Igreja seja samaritana e doméstica. Ela precisa ser também profética, denunciando as injustiças; anunciando o projeto de igualdade social e ajudando a organizar o povo para lutas maiores”.

Os cursos que os jovens participavam eram de caráter de formação política, percebiam a importância do estudo, da participação na vida da comunidade, na atuação em conselhos paroquiais e municipais e, em espaços de decisão. Estes cursos fizeram estes jovens perceber que uma das formas de fazer o embate contra o modelo capitalista era a organização em grupos, trabalhando coletivamente e produzindo de forma alternativa. Isso ia contra o modelo imposto, que pregava o individualismo e o trabalho na agricultura convencional. Os jovens perceberam que se produzissem alimentos saudáveis para suas famílias e para os consumidores, geravam renda e ainda bateriam de frente ao modelo capitalista.

Essa leitura da realidade começou a despertar a consciência para a necessidade de ligar as causas, os fatos e as consequências, bem como estimular ações alternativas. De acordo com Cechin, “a ecologia na Igreja surgiu a partir dos pobres”. E acrescenta: “O mesmo sistema que oprime os pobres é o que degrada o meio ambiente”. (SUSIN, 2009, p. 73)

Cada jovem motivado pelos cursos de formação ao trabalho agroecológico queria que a família, mudasse o modo como estavam cultivando a terra, pois a grande maioria trabalhava de maneira convencional. Mas estes jovens eram tachados de “loucos”, e suas famílias além de não mudar o modo de produção, não disponibilizaram nem um pequeno pedaço de terra para que eles provassem que daria certo plantar sem veneno.

A solução que deram, foi então de fazer uma experiência: um grupo de alguns jovens iria morar em um antigo seminário, que era, e ainda é usado, como um Centro de Pastoral, e usar uma área de terra para plantio de algumas variedades de grãos, legumes e verduras. A atividade seria realizada coletivamente. Mas nem isso as famílias permitiram. Mesmo assim, continuaram as reuniões dos grupos e as formações políticas.

Um dos agricultores que ajudou a fundar a ACERT, conta que na época quando faziam as reuniões da Pastoral haviam muitos jovens, e que eram entusiasmados para iniciar uma experiência de trabalho agroecológico. E aos poucos isso foi se concretizando. Afirma que: “fazíamos as reuniões da Pastoral, e aos poucos elas foram se tornando reuniões de ecologia, quem não tinha este

objetivo se sentiu meio excluído, mas nós continuamos, quando vimos as reuniões já eram da ACERT”. E dessa forma, aos poucos, com a ajuda dos padres, os jovens foram se organizando melhor e assim surgiu a ACERT.

1.2.3. ACERT

Como percebemos, a ACERT nasceu da necessidade da organização da juventude, tanto para embate ao modelo agrícola (produzindo de forma agroecológica), como para gerar renda e garantir o seu próprio sustento e também de suas famílias.

É neste contexto que surge a ACERT. Pois os jovens forjadores desta associação militavam na PJR, foi a participação nos grupos de jovens, nas CEB's e a vivência em comunidade, baseando-se nos princípios da Teologia da Libertação, que foram se formando e conscientizando. O desafio de organizar um grupo de agricultores para iniciar um trabalho agroecológico, de início parecia estranho, pois não teve aceitação da sociedade em geral, e como já vimos, eram tachados de “loucos”.

O que movia estes jovens, além de gerar renda, era de fazer o enfrentamento ao modelo excludente do capital. Da mesma forma, também é relevante os valores que iam adquirindo, como o cuidado com a terra, à água, às pessoas, ou seja, a natureza como um todo. Melhor ainda é não separar o ser humano da natureza, pois devemos nos entender como parte da mesma. Assim seria bem mais fácil desenvolver o cuidado entre os seres vivos no ecossistema, como também pensa Leonardo Boff (2005, p. 18) na sua afirmação:

Da consciência de etnia e de classe passamos a consciência de espécie *homo sapiens e demens*. Descobrimo-nos membros da grande família humana e membros da comunidade de vida, irmãos e irmãs, primos e primas de outros representantes da imensa biodiversidade, plantas e animais, que caracteriza a biosfera, aquela fina camada que cerca a Terra constituindo o sistema-vida.

Estes jovens, que se sentiam como parte da natureza, tinham a necessidade de cuidá-la, pois desta forma, as pessoas também estariam sendo protegidas. Parte da Igreja (padres e leigos da linha da Teologia da Libertação) apoiava e dava força

porque um dos princípios cristão, é o “Cuidado com a Vida”, através do não uso de agrotóxicos e outros químicos. A PJR também já trabalhava isso nos momentos de formação. Com a conscientização dos jovens através da formação nos grupos, e também pela estimulação da Pastoral e dos padres, foi se dando os primeiros passos na construção da Agroecologia na região.

O Centro Ecológico, uma ONG que iniciou seu trabalho na cidade de Ipê, na Serra Gaúcha, no ano de 1985, foi também um importante aliado na inicialização da agricultura ecológica na região⁸. Foram fazendo visitas nas comunidades e cursos de formação, falando dos malefícios provocados pelo veneno tanto nas plantas, como também as doenças que causavam nas pessoas. Um vídeo muito mostrado era o filme: “O Futuro Roubado”. Isso provocou curiosidade e interesse das famílias que iniciavam experiências agroecológicas. Foi assim, que em abril de 1991 foi realizado um curso de formação em agricultura ecológica promovido pela Pastoral com o trabalho de formação e acompanhamento do Centro Ecológico.

Foi a partir daí, que os jovens iniciaram experiências de produção, e cada vez mais ficavam animados com os resultados que obtinham, podemos conferir em VIEIRA (2010, p. 21), evidências que comprovam isso:

Com o acúmulo de formação obtido nos grupos de jovens e após cursos e intercâmbios surgiram pequenas experiências de produção de alimentos. Essas experiências foram dando certo, produzindo de forma satisfatória e alcançando bons resultados. E assim superando as dificuldades existentes. Dentre as dificuldades está à falta de apoio por parte de algumas famílias e da comunidade, onde muitas pessoas viam de forma pejorativa essa iniciativa, dizendo que não ia dar certo.

A produção agroecológica que iniciaram foi dando resultados. Através da articulação e organização do grupo, no dia 02 de novembro de 1991, doze famílias fizeram a primeira feira em Porto Alegre, este dia é lembrado e celebrado até hoje como a data da fundação da ACERT. Comercializaram seus produtos, na Feira Ecológica de Porto Alegre, capital gaúcha. Esta feira, já existia desde 1989, através de parcerias entre agricultores ecologistas (em sua maioria da Serra Gaúcha) com a Cooperativa Ecológica Coolméia, que foi a pioneira no Estado do Rio Grande do Sul que organizava uma comercialização diferenciada. A Coolméia, além da feira que

⁸ Os técnicos vinham de Ipê para acompanhar o trabalho na região, no ano de 1993, um dos técnicos veio morar no Litoral. Somente alguns anos depois foi instalado o escritório e organizado um grupo de trabalho, pela necessidade de contribuir com a continuidade da formação agroecológica com os jovens e agricultores, bem como estimular outros grupos.

funcionava todos os sábados, pela manhã, no Brique da Redenção, tinha uma loja aberta de segunda a sábado, com a venda de produtos orgânicos e integrais não perecíveis, bem como ofereciam serviço de restaurante com alimentação vegetariana. Atualmente a Coolméia não existe mais, e quem sustenta esta feira é um associação dos próprios agricultores, chamada FAE – Feira de Agricultores Ecologistas, fundada após o fechamento da Coolméia.

A feira proporciona o contato direto do consumidor com o produtor, ou seja, com as famílias agricultoras, tendo aí uma relação próxima. possibilitando um diálogo diretamente com quem produziu o alimento que o consumidor terá em sua mesa, podendo até questionar e tirar dúvidas sobre a produção, e por que não, trocar até receitas de preparo dos produtos não muito conhecidos (como por exemplo o taiá, quiabo, inhame, entre outros), pois nas bancas existe uma biodiversidade imensa de frutos da natureza. Como podemos ver neste trecho:

Em momentos de conversa o agricultor pode passar um pouco do seu conhecimento e contribuir na conscientização do consumidor em relação aos benefícios dos alimentos ecológicos e de uma melhor relação na natureza. Isso trás uma sensação de “dever cumprido”. (VIEIRA, 2010, p. 21).

Há ainda mais uma característica que faz com que as feiras livres sejam uma boa alternativa, pois ela elimina a pessoa do atravessador⁹, que sempre ganha mais do que o próprio agricultor que cultivou com tanto cuidado seus produtos. Os agricultores que comercializam de forma direta seus alimentos, podendo obter mais lucro, e também reconhecimento frente ao seu trabalho. E, por isso, afirma Meireles¹⁰ (2007):

“as feiras livres são espaços excelentes para comercialização de produtos ecológicos e em todo mundo essa é normalmente a primeira opção quando se busca comercializar a produção ecológica da agricultura familiar”.

A ACERT tem hoje, não somente espaços de feiras em Porto Alegre, mas também em Torres (município do Litoral Norte), onde as feiras também acontecem aos sábados pela manhã, e vem crescendo cada vez mais, principalmente no verão.

⁹ Compreendem-se por Atravessadores ou Intermediários, aqueles que comercializam produtos de terceiros. Ou seja, na região, grande parte dos agricultores em geral não dispõe de transporte para comercialização de seus produtos. Estes agricultores, quase sempre de baixa renda, entregam seus produtos com preço baixo para os atravessadores.

¹⁰ Laércio Meirelles é o atual coordenador do Centro Ecológico Litoral Norte.

Estas famílias produzem uma variedade de alimentos ecológicos, conseguindo qualificar suas condições econômicas, mas não somente isto, elas também melhoraram as condições ambientais e sociais da propriedade e consequentemente na comunidade. Melhoram sua qualidade de vida, auto-estima, sentem-se valorizadas em serem “camponeses e camponesas”. Desta forma, é garantida a permanência na roça, um lugar não só de trabalho, mas de vida digna no meio rural.

Atualmente existem outras iniciativas dentro da ACERT, como as pequenas agroindústrias, que agregam valor aos produtos, como os derivados da banana, tomate, fazendo farinha de mandioca, açúcar, e mais recentemente um trabalho com a Palmeira Juçara, na extração do Açaí. Bem como a associação melhorou seu transporte para escoação de seus produtos para as feiras.

Os agricultores cultivam a Palmeira Juçara juntamente com a banana e outras frutíferas e árvores nativas no sistema de agrofloresta. A Agrofloresta ou sistema agroflorestal - SAF¹¹ vêm ganhando destaque na associação. As propriedades que estão mais desenvolvidas recebem visitas, via Centro Ecológico, de estagiários, grupos e pesquisadores interessados nesse tema, vindos de diversas regiões do Brasil e também do mundo.

A associação, e tantas outras, ganha a certificação de Propriedade Agroecológica, através da Rede ECOVIDA – Rede Participativa de Agroecologia, uma certificadora participativa existente na Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e parte da Região Sudeste do Brasil (São Paulo). Está organizada em núcleos, ou seja, os grupos mais próximos se unem para qualificar o trabalho e formar uma espécie de rede. A ACERT está inserida no Núcleo Litoral Solidário.

Hoje na região de Torres, há mais de dezesseis grupos de agricultores ecologistas, isso deriva do fato de mais pessoas estar se conscientizando e buscando melhores alternativas de viver no campo com qualidade de vida. Isso vem causando profundas mudanças na sociedade, mudanças de hábitos alimentares, comportamento, estilo de vida em geral. Mas com as consequências disso e com o passar do tempo foram surgindo preocupações, iniciativas e movimentos que apontavam em outra direção e que propunham novas relações de melhor convivência com os recursos naturais utilizados pela humanidade. No meio urbano,

¹¹ SAF's são sistemas produtivos que integram árvores, arbustos às demais culturas agrícolas. Variando sua complexidade de acordo com a experimentação e saberes de cada agricultor.

através dos conhecimentos destes problemas, foram criados mercados para os produtos da agricultura alternativa. Isso fez com que o “mercado orgânico” tornasse o setor de maior crescimento entre o mercado de alimentos. (KHATOUNIAN, 2001).

O crescimento da produção e consumo de produtos orgânicos vem aumentando por vários motivos. Um deles se dá pelo fato de que uma parcela da população o consome por ficar com a “consciência tranquila”, em beneficiar sua saúde e não poluir o meio ambiente. Porém, outra parte mais conscientizada, além de se preocupar com a vida das pessoas, tanto dos produtores quanto dos consumidores, mas também se preocupam com a vida do planeta.

O jovem neste contexto mostra-se muito atuante e aberto as novidades. Se a agroecologia apresentar-se a ele como alternativas concretas para permanecer no campo com qualidade, e lhe der formação, terá uma grande possibilidade de mais jovens aderirem à proposta. A Pastoral da Juventude Rural inicia mais uma vez a proposta de mostrar aos jovens que a agroecologia pode ser mais do que o plantio de alimentos sem o uso de veneno, mas uma filosofia de vida, um jeito de ser e viver no campo, desde que todos os sujeitos tenham vida e com todos seus direitos garantidos. Como podemos ver, em uma das linhas de ação da PJR, assumidas no Plano de Ação Pastoral 2009 – 2011:

Contribuir na transformação do modelo agrícola convencional implementando a agroecologia e a cooperação: Fortalecer os GPR (Grupo de Produção e Resistência), respeitando a caminhada de cada jovem/grupo, trabalhar não somente o processo produtivo, mas também a formação desses jovens; Incentivar técnicas agroecológicas em vista da permanência do jovem no campo como forma de sustentabilidade; Lutar e desenvolver atividades tendo em vista a preservação e recuperação ambiental; realizar debates e experiências em torno da comercialização solidária; promover intercâmbios para conhecer e incentivar as diferentes experiências na produção agroecológica. (PJR: Plano de Ação Pastoral 2009 - 2011, p. 11-12)

No próximo capítulo abordarei mais detalhadamente as concepções dos grandes conceitos que utilizo nesta pesquisa, bem como: Agroecologia, Formação da Consciência e Juventude Camponesa. E para isso, terei apoio em autores que já desenvolveram um trabalho sobre estes temas, a saber: José Lutzemberger, Enio Guterres, Leonardo Boff, Miguel Altieri, Caporal, Frei Sérgio Gorgen, Helena Abramo, Mauro Luiz Iasi, entre tantos outros autores, que de forma direta e/ou indiretamente contribuíram na formulação de minhas concepções de cada conceito apontado na pesquisa.

CAPÍTULO – II

“A argamassa fundamental de nossa obra é a juventude, em quem depositamos nossa esperança e a quem preparamos para tomar de nossas mãos a bandeira.”

Che Guevara

2. JUVENTUDE E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AGROECOLÓGICA

Neste segundo capítulo, desenvolverei as concepções que embasam esta pesquisa, isto ocorrerá em diálogo com autores, sobre as concepções de agroecologia, processo de formação da consciência e juventude, mais especificamente, sobre a juventude camponesa. Desta forma será mais fácil compreender o campo de atuação onde estou inserida. Portanto, estabelecer qual será o ponto de vista, ou melhor, com que concepção de mundo faço e desenvolvo esta pesquisa, neste caso uma pesquisa que esteja a serviço da classe trabalhadora e preocupada com a vida e os processos de formação dos sujeitos do campo, principalmente a juventude.

2.1. Compreendendo Agroecologia

Para compreender melhor o conceito ao qual estamos trabalhando, faz-se necessário compreender um pouco da história da agricultura no Brasil, a partir da entrada da Revolução Verde, na década de 1960, fazendo embates e apontamentos sobre o processo de conscientização da agroecologia, bem como a disputa deste tema, que cada vez mais vem sendo apropriado pelo capital. E assim, conceituá-la de forma crítica.

Dentro do contexto do final da Segunda Guerra Mundial, e a partir da década de 1960, vários países latino-americanos inseriram a *Revolução Verde*, proposto pelos países centrais, que tinha como meta o aumento da produção agrícola, e para isso as grandes empresas incentivavam o uso intensivo de insumos químicos, intensa mecanização e sistemas complexos de irrigação, diziam que somente assim os agricultores obteriam alto rendimento. Em resumo, uma cadeia articulada de processos e atividades que foi conhecida como o “pacote tecnológico” da agricultura contemporânea (ALTIERI, 2004). No que podemos chamar de “pacote” da Revolução Verde estava a idéia de aumentar a produção e esverdear a terra com produção de alimentos e acabar com a fome do planeta (GÖRGEN, 2004).

Com isso, tem aumentado significativamente o uso de insumos químicos, mecanização, e outras formas impostas pelo modelo norte americano. Juntamente com o “pacote”, temos como resultado, não o avanço dos países em desenvolvimento, mas sim, um crescente declínio e dependência aos países ricos.

A miséria, escassez de alimentos, a desnutrição, o declínio nas condições de saúde, e a degradação ambiental continuam sendo problemas no mundo em desenvolvimento. Em muitas regiões, a modernização da agricultura, com a utilização de tecnologias intensivas em insumos, aconteceu sem a distribuição da terra. Os benefícios dessas medidas – geralmente chamadas de “Revolução Verde” – foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos. A Revolução Verde também contribuiu para disseminar problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade. (REDCLIFT e GOODMAN, 1991, *apud* ALTIERI, 2004, p. 15)

Ao mesmo tempo em que as grandes indústrias incentivavam a produção convencional (agrotóxicos, alta mecanização, etc.) para tornar o pequeno produtor cada vez mais dependente do capital internacional, antes mesmo há um movimento que procura desenvolver uma agricultura diferenciada. Este processo acontece de maneira mundial e recebe diferenciados conceitos, surgem então, as escolas em agricultura ecológica, junto com a expansão econômica da Europa e dos Estados Unidos. Não será aqui detalhada cada escola, mas apenas o conceito de cada um para podermos abordar o conceito atual e histórico de agroecologia.

Em 1924, na Alemanha, surge a *Biodinâmica*; na Inglaterra temos a agricultura *Orgânica*, que logo chega aos Estados Unidos; entre 1930 a 1940, no Japão surge a agricultura *Natural*, com um caráter filosófico-religioso; na França,

surge como *Biológica*, já nos anos de 1960, como uma crítica aos produtos pós guerra; em 1970, nos Estados Unidos, com a crise do petróleo, surge a Agricultura *Alternativa*; na década de 1980, a América Latina, no bojo das preocupações relacionadas à qualidade de vida, bem como os impactos ambientais do pacote da Revolução Verde, aderem à *Agroecologia*, que tem como foco a preservação ambiental e a promoção sócio-econômica dos pequenos agricultores, neste viés surgem muitas organizações não governamentais – ONG, que auxiliam na assessoria técnica, e também no processo de formação dos agricultores e, na Austrália, no ano de 1972, aderem a Permacultura (KHATOUNIAN, 2001).

Os movimentos foram crescendo, ganhando número e qualidade, assim como o mercado para estes produtos sem agroquímicos, desta forma, houve a necessidade de se ter uma organização internacional, tanto para intercambio, como para estabelecer padrões mínimos aos produtos.

Decide-se pelo termo “agricultura orgânica” para designar o conjunto das propostas alternativas, fundando-se em 1972 a *International Federation of Organic Agriculture Movements* - IFOAM. A IFOAM passa a estabelecer as normas para que os produtos pudessem ser vendidos com o seu selo “orgânico”. Tais normas, além de proibirem os agrotóxicos, restringem a utilização dos adubos químicos e incluem ações de conservação dos recursos naturais. Incluem ainda aspectos éticos nas relações sociais internas da propriedade e no trato com os animais. A partir desse momento, as várias escolas surgidas no processo vão sendo coletivamente chamadas de agricultura orgânica, e sua definição fica claramente expressa em normas. [...] No final dos anos 1980, a agricultura orgânica não é mais um movimento rebelde. Por um lado, as premissas em que se baseava a contestação do método convencional haviam se mostrado verdadeiras. Os danos causados à saúde do homem e do ambiente eram muito evidentes. Não havia mais como escondê-los ou negá-los. Por outro lado, o crescimento do mercado orgânico e a necessidade de proteção do consumidor levaram muitos países a criar legislações específicas. Na virada do século, a contestação havia sido incorporada pelo mercado, tornando-se o setor de maior crescimento no mercado de alimentos e obrigando a se repensar oficialmente os rumos da agricultura mundial. (KHATOUNIAN, 2001, p. 29-30).

Com isso, surge também o termo *Sustentável*, apoiado pela Organização das Nações Unidas – ONU, fazendo as conferências sobre desenvolvimento e o meio ambiente em 1972, 1982 e 1992. A sustentabilidade tem como base um tripé, ou seja, os fatores econômicos, fatores sociais e fatores ambientais. Até então, todo este movimento parece positivo, pois havia uma grande articulação mundial em torno da produção de orgânicos e da preservação ambiental. O grande problema era, que na verdade encontramos até hoje, é que não foram os pequenos produtores

que aderiram a esta linha, ao contrário, estes estavam completamente submersos nos “pacotes tecnológicos” impostos pela Revolução Verde, envenenando suas terras e a saúde da família e seus consumidores (a classe trabalhadora). Quem aderiu o projeto orgânico, eram os grandes proprietários de terra, e quem tem acesso ao consumo destes produtos “limpos” é apenas a classe alta. Isso não aconteceu por acaso, ao longo da história tem sido assim, enquanto a oligarquia rural recebe a parte maior do bolo, os trabalhadores se contentam com as migalhas.

É neste contexto que pretendo conceituar agroecologia, dentro da disputa de projeto e ideologias, que esteja a serviço dos pequenos, dos camponeses, e não aquela que visa somente o lucro para as grandes empresas rurais, o agronegócio¹².

Só uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis. (ALTIERI, 1987, *apud* ALTIERI, 2004, p. 17)

Não se pretende também trabalhar somente com a visão romântica da agroecologia, como se fosse apenas uma relação harmônica com a natureza, trabalhando de forma ancestral, sem poder utilizar nenhuma ferramenta dita moderna para facilitar o trabalho. “Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos, e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, p. 18, 2004). E por isso não deixa de ser uma produção sustentável que há equilíbrio entre as plantas, solo e todo o conjunto de seres vivos na natureza, compreendendo o homem como parte dela. Mas não é apenas isto, é uma questão social, uma preocupação que vai além, que leva em conta a vida de cada pessoa, a cultura, a luta dos povos, para que os camponeses sejam realmente sujeitos, que não fiquem dependentes do agronegócio, mas que consigam viver no campo com dignidade e qualidade de vida. Este é o principal objetivo da agroecologia, não

¹² Para Görden (2004, p. 39): “Agronegócio é o nome fantasia escolhido para designar a nova onda de modernização conservadora do latifúndio brasileiro, comandado agora por grandes empresas multinacionais, no bojo da terceira fase da Revolução Verde. (...) O resultado concomitante é o aumento da produção junto com o aumento da miséria, da exclusão social, do trabalho escravo e da degradação ambiental.”

somente produzir e consumir alimentos saudáveis, cuidado com o meio ambiente, com o agroecossistema¹³, mas proporcionar as pessoas uma vida mais humana.

E assim, também não basta que um agricultor trabalhe isoladamente, a agroecologia se baseia na organização social, na formação de grupos, associações, cooperativas, ligadas ou não a Movimentos Sociais do Campo.

A produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento (CHABERS, 1983, apud ALTIERI, 2004, p. 21)

O papel da agroecologia é ter uma nova abordagem em relação ao desenvolvimento agrícola, que construa sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local, e ao mesmo tempo em que explora conhecimento e métodos ecológicos modernos. Esta abordagem é configurada na ciência da agroecologia, que é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Assim, a agroecologia desenvolve uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável. Valorizando os conhecimentos locais, os saberes empíricos dos agricultores, a socialização desses conhecimentos e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2001).

2.2. Compreendendo Formação da Consciência

A importância de abordar como acontece o processo de formação da consciência, aqui neste trabalho, vem da necessidade de compreender melhor, como os jovens podem se formar através da participação na ACERT. Como já

¹³ Para Gliessman (2001, p. 61): “Agroecossistema é um local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema. O conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que os compõe.”

vimos, ela é uma associação agroecológica que tem suas bases no trabalho popular e na luta contra o capitalismo. É indispensável analisar como se dá o processo de consciência mais amplo, para que depois percebamos como estes jovens são formados com a consciência agroecológica.

Para definir formação da consciência, parte-se de uma concepção marxista, levando em conta a materialidade, ou seja, a realidade que os sujeitos estão inseridos. Pode-se conferir em Iasi (2001, p.12) o que se entende por processo de consciência:

O processo de consciência é visto, de forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético, onde cada momento traz em si os elementos de sua superação, onde as formas já incluem contradições que ao amadurecerem remetem a consciência para novas formas e contradições, de maneira que o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos.

O autor citado acima trabalha com o termo “processo de consciência”, isso porque, a consciência não é algo que possa ser adquirido de um momento para outro, mas é um processo. Ou seja, o que nos interessa, é analisar as transformações nas concepções de mundo, nos conhecimentos de agroecologia, na atuação na sociedade, que estes jovens e agricultores foram adquirindo com o tempo. Aqui, os resultados não são tão importantes quanto às transformações que foram se dando ao longo da caminhada. Confirma o autor:

[...] entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo “dado”. Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserimos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ela se tornou o que é, Assim é também com a consciência, ela não “é”, “torna-se”. (Idem, p. 13)

Para isto é fundamental fazer esta retomada histórica, percebendo quais foram os movimentos que influenciaram, e até mesmo que tencionaram o surgimento de experiências agroecológicas na região de Torres, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Percebendo o conjunto de influências, e a “diversidade de manifestações particulares” é que poderemos perceber como foi se construindo a “consciência de classe”, o que não se contrapõe a consciência individual, mas forma uma unidade com as diferentes particularidades que vem do processo de vida de cada indivíduo. (IASI, 2001).

A consciência é gerada a partir e pelas relações concretas entre os seres humanos e destes com a natureza, e o processo pelo qual, em nível individual, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas. (Idem, p. 14)

Isso não é apenas reflexo da materialidade externa, mas captações de um concreto aparente, uma parte do todo, e do movimento de ele tornar-se o que é. Este indivíduo que se insere no conjunto das relações sociais, busca compreender o todo pela parte, chamada de “ultra-generalização”. Outras informações, já chegam sistematizadas em forma de conhecimento e não pela vivência imediata. (IASI, 2001)

Como vimos, a consciência é formada a partir das relações vivenciada pelos indivíduos. Sendo assim, a família é o primeiro espaço, dentro de uma sociedade, que coloca o indivíduo diante de relações sociais. Com o tempo, vai criando base para construção de sua personalidade, e também, se moldando conforme a sociedade, interiorizando valores, normas, padrões e uma concepção de mundo. E vai interiorizando estes valores, assumindo como seus. (IASI, 2001)

A família é apenas o primeiro espaço de influência sobre a formação do indivíduo, pois, ao longo de sua vida, existem muitos outros espaços que vão moldando e dando elementos no processo de consciência, como por exemplo, a escola, o trabalho, a Igreja, a militância, e os demais grupos que cada pessoa se insere.

Estas outras relações são potencialmente diversas das relações assumidas na formação da personalidade, fundamentalmente pelo fato de que agora o indivíduo assume um papel menos dependente, podendo vir a assumir o papel de sujeito ativo na relação. No entanto nem sempre este potencial se manifesta. Na maioria dos casos estas vivências secundárias acabam por reforçar as bases lançadas na família. (IASI, 2001, p. 18)

A maioria dos espaços que os sujeitos se inserem, já tem normas e regras a serem seguidas, na escola e trabalho, por exemplo, as relações já vêm preestabelecidas, e não se consegue ter a crítica de mudar estas relações, pois se tem a visão que tudo é “natural”. No trabalho, as relações predeterminadas são mais fortes do que na escola, o capital é que determina o que se tem de fazer. Acreditamos como se fosse natural precisarmos vender nossa força de trabalho ao patrão, para assim garantir nossa sobrevivência em troca do salário. O desejo é submetido a sobrevivência imediata, é preciso trabalhar para viver. (IASI, 2001)

A lógica imposta pelo capital (externa) se interioriza e nós mesmos nos levamos ao mercado para sermos esfolados, e nos alegramos quando algum capitalista se dispõe a comprar nossa força de trabalho. Pregamos alegre e convictamente as idéias do capital como se fossem nossas. (IASI, 2001, p. 19)

Esta primeira forma de manifestação da consciência, onde o indivíduo vê a realidade que está inserido, compreende o mundo a partir de seu vínculo particularizado e generaliza, é compreendido como alienação. Alienação não é a inexistência de consciência, mas sim, seu primeiro estágio. Ela se manifesta de forma subjetiva, carregada afetivamente e com fundo psicológico. (IASI, 2001)

Alienação e ideologia não são as mesmas coisas. Ideologia não é apenas um conjunto de idéias que por diferentes meios (meios de comunicação de massa, escola, igreja, trabalho...) são enfiadas nas cabeças das pessoas, mas age no processo de alienação para dominá-la. Em uma sociedade de classes, uma detém os meios de produção e também os meios para definir uma visão de mundo e justificativas ideológicas sobre as relações sociais de produção que garante a dominação econômica. (IASI, 2001)

Para Iasi (2001), a alienação se expressa em três níveis: o ser humano está alienado da natureza, de si mesmo e de sua espécie. Estar alienado da natureza significa estar desconectado dos reais acontecimentos e interpretações da realidade. Quando uma pessoa desconhece algo, ela tenta interpretar a partir de seus valores interiorizados, generalizando os fatos. Trazendo-os para um referencial que domina. Porém isso faz com que esta “percepção generalizada da vivência particular não apenas se baliza em seus valores como também deforma a realidade pela transposição de juízos presos à particularidade.” (IASI, 2001, p. 22)

O segundo nível de alienação, ou seja, “o ser humano está alienado de si mesmo” refere-se o fato de que formamos uma visão de mundo apoiados nas idéias dos outros. A nossa identidade é formada a partir daquilo que vemos nos demais. É mais fácil copiar o modo de ser dos outros, do que descobrir a nossa própria identidade e personalidade. Um exemplo clássico são as crianças, estão sempre copiando os pais. Os jovens também não se diferem, buscam nos demais um modelo para seguir. Iasi (2001, p. 23) afirma que:

São as relações de identidade com os outros seres humanos, seus modelos, que a pessoa em formação assume os valores dos outros como sendo os seus. (...) Esta visão acrítica, desistoricizada, sem inventário, Gramsci chama de senso comum. O pensador italiano afirma que todos os

seres humanos moldam-se a algum tipo de conformismo, não no sentido de passividade, mas pelo fato de se amoldar à algum tipo de forma.

Ao longo de sua trajetória, o indivíduo vai formando suas idéias (mesmo que sejam moldadas a partir do outro), e assumindo como valores. Aí aparecerão as contradições, porque a sociedade, juntamente com os modos de produção vai se reformulando, e novos valores precisarão ser reformulados. Iasi (2001, p. 25) afirma que: “a primeira forma de manifestação desta contradição não é ainda a superação da alienação, é mais uma forma transitória que se expressa de maneira mais nítida, no estado de revolta.” A revolta aí é expressa porque, por exemplo, um indivíduo cresce como a visão de que trabalhando se consegue tudo, mas vive uma situação, que embora trabalhasse muito, mal conseguisse sobreviver, isso cria contradições e conseqüentemente, revolta. Desta maneira, a revolta pode se tornar uma passagem para uma nova etapa do processo de consciência.

Ou seja, as contradições entre antigos valores e a realidade de novas relações, podem gerar a superação da alienação. A condição para que ocorra esta superação é a organização em grupo. Isso porque, enquanto indivíduo isolado ele sabe que sofre injustiças, mas acredita ser o único, e acredita ser natural, mas quando percebe que outros sofrem o mesmo tipo de injustiças, vai possibilitando a ação coletiva, como afirma Iasi (2001, p. 27):

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações pré-determinadas, mas alterá-las. Questiona-se o caráter natural destas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça.

Para esta consciência Iasi chama de “consciência em si” ou “consciência da reivindicação”. Conhecemos diversas manifestações deste tipo de consciência, como por exemplo, as lutas sindicais, as lutas populares, movimentos, lutas coletivas de setores, grupos e categorias sociais.

Embora estas manifestações de reivindicação sejam coletivas, nesta fase da consciência ela é apenas pontual, após as reivindicações serem atendidas, a classe trabalhadora está novamente apta às relações de exploração pelo capitalismo. Como podemos conferir em Iasi (2001, p. 29):

Conceber-se não apenas como um grupo particular com interesses próprios dentro da ordem capitalista, mas colocar-se diante da tarefa histórica da superação desta ordem. A verdadeira consciência de classe é fruto desta dupla negação: num primeiro momento o proletariado nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital.

Quando falamos que a consciência tem níveis e passa por diversas fases, precisamos tomar o cuidado para não confundir como se o processo de consciência fosse linear, iniciando de uma forma, passasse por um determinado processo de transição até chegar ao patamar elevado da consciência plena. Não acontece assim, pode muitas vezes regredir a etapas anteriores.

A superação desta fase aparece quando na constatação de que a sociedade precisa ser transformada, supera a simples reivindicação por práticas que realmente contribuam na transformação social. Nesta nova fase, é exigido um novo sujeito: a classe. Neste caso, não há mais como ficar apenas no plano do pensamento, mas necessariamente, assumir o campo da prática (IASI, 2001). Uma nova consciência, na sociedade capitalista, não é possível de ser alcançada, pois:

A questão de fundo aqui não pode ser discutida sem encarar o fato de o processo de consciência se inserir um momento maior, porque é a transição de um modo de produção para outro. Na medida em que se operem transformações revolucionárias, em que se passe a estabelecer novas relações podemos estar iniciando a construção de um novo patamar da consciência humana. (IASI, 2001, p. 39)

Assim, podemos afirmar que, formamos nossa consciência a partir das relações que estabelecemos, mas não somente isso, ela resulta do processo de análise, estudo e compreensão da realidade. Ao mesmo tempo, não basta analisar a realidade, compreender as contradições e tensões existentes, é preciso se reconhecer como classe, e neste caso, como classe trabalhadora, que precisa ir além, se indignar, revoltar e luta para construir uma sociedade justa e humana para todos.

Estamos atados a vida e a sua teia cotidiana, nela colhemos os materiais que compõem nossa consciência e, nem sempre, este cotidiano permite vislumbrar algo além da injustiça e da indignidade que marcam o presente. Temos, então, que recolher a revolta e a inquietação de quem não se submete e ousar dar forma às sementes do futuro ainda que em tempos onde o futuro parece ter sido abolido. (IASI, 2001, p. 40)

É neste sentido que foi indispensável o estudo e aprofundamento sobre o processo de consciência, já que para analisar como acontece a formação da juventude no espaço de um grupo social, é necessária a compreensão de como ocorre o processo de formação da consciência, em seus níveis e etapas. Para assim, poder compreender, como a associação - ACERT, mesmo não sendo um espaço formal de ensino, como a escola, possa ser capaz de formar sujeitos, e ainda mais, sujeitos jovens que não apenas percebem os problemas sociais, mas que buscaram alternativas, através do trabalho agroecológico, de transformação social.

Da mesma forma, como também será importante compreender quem é o sujeito desta pesquisa. Para isso, a próxima seção buscará analisar e interpretar a juventude como um todo, mas principalmente, compreendendo a juventude camponesa.

2.3. Compreendendo Juventude Camponesa

Para fazer uma análise da juventude camponesa, faz-se necessário compreender como a juventude brasileira está organizada. Há números que denominam a quantidade desta juventude, porém é a forma de considerar a juventude apenas pela faixa etária, como comumente os organismos internacionais e governamentais consideram, compreendendo entre os 15 a 29 anos. Assim, são 49 milhões (ou 27% do total da população) de brasileiros. Sendo que desse total, 4,5% estão no meio rural, ou seja, 8 milhões de jovens camponeses (Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2004).

Outras fontes consideram a juventude pelo período de transição ou ciclo de vida. Muitos afirmam que ser jovem é estar na fase de escolhas e mudança de vida. Com isso, o ganho de maturidade, independência financeira através do trabalho e a formulação de uma família com o casamento faz com que termine a etapa da juventude. Porém estas duas formas de considerar a juventude não podem ser precisas. Porque varia muito de acordo com cada contexto social e cultural. Há diferenças entre idade biológica e idade social. Desta forma, irei considerar

juventude como uma categoria social. Podemos conferir em Groppo (2000, p. 07) esta afirmação:

Podemos definir a juventude como uma categoria social. Tal definição faz da juventude algo mais do que uma faixa etária ou uma “classe de idade”, no sentido de limites etários restritos – 13 a 20 anos, 17 a 25 anos, 15 a 21 anos etc. [...] Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social.

A juventude é hoje o centro das questões que comovem o país, em razão dos problemas gerados pelo agravamento das desigualdades. A juventude é a mais afetada pelo tipo de desenvolvimento econômico e social, agravando a exclusão e aumentando o desemprego. Apesar de ter crescido o nível geral de escolaridade em comparação a gerações anteriores, há um déficit educacional, pois em 2001, mais da metade dos jovens brasileiros, de 15 a 24 anos não estudavam, sendo assim, somente 42% da população nesta faixa etária chegaram ao ensino médio, considerado hoje parte da educação básica. Outro indicador é o aumento da violência em grandes centros urbanos, considerando os jovens, tanto como vítimas, quanto agressores. (PROJETO JUVENTUDE, INSTITUTO CIDADANIA, 2004)

Pesquisas e estudos recentes, como por exemplo, do Projeto Juventude, pelo Instituto Cidadania em 2004, citada acima, têm revelado grande abertura aos valores de solidariedade social e responsabilidade ambiental. Como também, os jovens vêm se envolvendo em movimentos por mudanças sociais, éticas e políticas.

Parece óbvio falar de juventude, pois convivemos com jovens e opinamos a seu respeito. E mais, a juventude é pauta constante na mídia, na publicidade e nos produtos da indústria cultural, criando assim um estereótipo da juventude, porém, não correspondem à juventude real. Pois é necessário fazer uma análise compreendendo a complexidade das relações que a juventude vive atualmente.

Com isso, percebemos que o tema juventude vem sendo debatido cotidianamente por Organizações, Movimentos e Pastorais. Porém era um tema pouco lembrado pelo governo. Recentemente, no ano de 2005 foi criado um espaço formal no poder público federal, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ). A tarefa destes órgãos é articular programas e projetos em âmbito federal para jovens de baixa renda entre 15 e 29 anos. Um dos programas coordenados pela SNJ é o ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Neste programa citado anteriormente existe um

desdobramento à juventude rural, porém ainda é deficiente o atendimento aos jovens do campo.

A distância do campo e da cidade está cada vez mais difícil de distinguir, mas as fronteiras destas duas realidades estão bem demarcadas. A diferença é o acesso aos bens de serviço, pois morar no campo é ser considerado atrasado, é ser desvalorizado culturalmente.

Toda essa diferença entre um e outro jovem, podendo ser entre o meio urbano ou até mesmo no meio rural, faz com que muitos pesquisadores começassem a utilizar o termo *juventudes*, no plural, por não ser uma categoria homogênea. Cada região, cada contexto social faz com que as juventudes tenham características diferentes. Podemos conferir em Weisheimer (2005, p. 26), por exemplo:

As interpretações sobre a condição juvenil demonstram que esta é uma construção social, cultural e histórica altamente dinâmica e diversificada, o que implica considerá-la uma realidade múltipla, visto que os jovens não formam um todo homogêneo.

As juventudes que vivem hoje no campo também são diversas, há aqueles jovens que apenas residem no meio rural, mas estudam e trabalham no meio urbano, há os que não vêem a hora de ir para cidade, os que trabalham no campo e tiram dele seu sustento, e diversas outras características. Se outrora se falava que o campo era um lugar de atraso, sem acesso à modernização e às inovações tecnológicas, atualmente não é mais assim. O campo não é mais aquele lugar isolado, distante da tecnologia, exceto algumas exceções.

Por um lado, é positivo para o campo o acesso a estes bens de serviço que facilitam a vida, por outro lado, isso afeta o modo de vida característico do sujeito camponês. A agricultura camponesa é aquela que produz alimento para auto-sustento familiar como maior objetivo. A propriedade camponesa é um espaço de reprodução da vida. Görgen (2004, p. 11) reforça isso no trecho: “agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo. É um modo de viver. É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária”. Em si é uma categoria social relativamente pobre que vive no e do campo, como afirma o mesmo autor (Idem, p. 09):

[...] produzindo em pequenas áreas, com trabalho familiar, com busca contínua da autonomia tecnológica, produzindo para mercado local e

interno, num sistema complexo e integrado de policultivos (produção diversificada com muitos cultivos) e de combinações entre produção animal e vegetal. A história da agricultura camponesa no Brasil tem sido até hoje a história da resistência camponesa.

Assim, juventude camponesa seria a categoria social composta por filhos e filhas de pequenos agricultores (as), que reunidos formam a família camponesa. Mas como já dito, uma categoria social é uma forma dinâmica, diversificada, caracterizada e influenciada pelo contexto social de cada realidade e dessa em relação com a sociedade em geral.

Entendemos que a especificidade de cada categoria juvenil pode ser aprendida por meio dos processos de socialização vividos pelos jovens. Ao considerarmos as diferenças de classe social, de etnia e de gênero, percebemos distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais e conseqüentemente de processos de socialização respectivos. Tal posicionamento permite superar a invisibilidade social, a que diversas categoriais juvenis se encontram submetidas. (WEISHEIMER, 2010, p. 128)

O ser jovem parece se modificar de acordo com os diferentes espaços e contextos sociais, os jovens urbanos e jovens rurais são a prova disto. Pois existem as diferenças de classe, gênero, religião, etnia, a procedência sóciogeográfica, o que implica na existência de diversos tipos de “juventudes” dentro de um mesmo grupo social. (LIMA, et al. 2006)

Podemos perceber a juventude como uma construção sociohistórica e também sociocultural.

Os jovens do campo constituem especificidades juvenis. Elas e eles vivem no campo, tem como forma de subsistência e identificação a agricultura e constituem suas experiências em diversos espaços e relações socioculturais: na família, na comunidade, no trabalho da roça, na escola, no desejo de continuar os estudos, no grupo de jovens; na necessidade da independência financeira e nos movimentos e organizações do campo. (SILVA, et al. 2006, p. 77)

Para compreender melhor o “ser jovem”, iremos aqui perceber como esta juventude camponesa se organiza e compreendendo a partir de suas articulações com os diversos movimentos sociais do campo. Isso porque o ambiente dos movimentos sociais do campo são marcados pela presença de lutas e pela convivência em diferentes espaços em que a realidade possa ser questionada. Assim como propor alternativas ao modelo de sociedade vigente, demonstrando um

elevado senso de justiça e a capacidade de indignação perante as injustiças do mundo. (LIMA, et al. 2006)

Ser jovem nos movimentos é, também, ter condições políticas de coordenar o processo da luta e da organização e, mais do que isso, é assumir-se como sujeito de seu processo de aprendizagem, cultivando valores e princípios de quem se educa em coletivo. (LIMA, et al. 2006, p. 103)

Para a construção do ser jovem camponês, temos por base algumas referências, como a família, trabalho, comunidade / grupos de jovens e escola.

A família é compreendida como um espaço de vida, trabalho, segurança, socialização, e principalmente de conflitos. Este último é considerado como fundamental na formação do jovem. O espaço familiar é base de referência e valores, para se repensar formas de inserção no mundo. É um núcleo organizador de apoio e projeção na formação do jovem como militante. A partir do diálogo, a família não só educa o jovem, mas também se deixa educar por ele.

O trabalho é outro ponto crucial na compreensão da juventude camponesa. Ele deve ser a matriz pedagógica e ter um viés educativo, esquecemos muitas vezes que o trabalho assalariado não é a única forma de trabalho, mas o trabalho deve ser o meio de reprodução da existência humana (LIMA, et al. 2006). O trabalho na agroecologia é além de ser um trabalho que educa, é uma forma de resistência contra as formas de exploração no campo.

Têm-se ainda muitos limites quando se analisa as formas de trabalho no campo, como por exemplo, as divisões entre homens e mulheres, adultos e jovens. Ma maioria das comunidades rurais, os homens, dotados de força, têm como suas tarefas os trabalhos da roça e as mulheres, ditas como frágeis têm a tarefa do cuidado da casa e dos filhos, porém o que se nota é que elas tem dupla jornada de trabalho, em casa e na lavoura. Entre os jovens, esta divisão no trabalho é mais forte, pois os processos de gestão e a posse dos meios de produção, geralmente são de responsabilidade dos pais, para os jovens é estabelecida apenas a força de trabalho. Esta realidade gera conflitos, provocando, muitas vezes, a saída do jovem de casa.

Muitos jovens, mesmo estando no campo, perdem o vínculo com o trabalho na roça, e isso se dá principalmente entre os que se dedicam aos estudos. No âmbito da família, o estudo não tem valor de trabalho, mas, na visão dos

pais, é ele que vai garantir o futuro melhor para os filhos. (LIMA, et al. 2006, p. 106)

A falta de renda no campo faz com que os jovens vivam a itinerância campo-cidade. Isso vai gerar na dificuldade da auto-afirmação como “jovem do campo”. Porém, quando as crianças aprendem desde cedo a valorizar o campo e a reproduzir o trabalho na roça, a visão é diferente: “(...) são envolvidas nas atividades de subsistência, o que reflete a valorização do trabalho e a aceitação dessa experiência nesse momento da vida.” (LIMA, et al. 2006, p. 106)

Outra característica da juventude camponesa é a vivência em comunidade, ela se torna um espaço de unidade de identificação, convivência, de união e força conjunta. Ao mesmo tempo em que é um espaço de contato com formas de organização da sociedade, tornando-se um espaço formativo, no âmbito de solidariedade, cidadania e acolhida. Os grupos de jovens são espaços dentro das comunidades em que os jovens têm o exercício de serem sujeitos da própria história. (SILVA, et al. 2006)

A escola é um dos espaços que grande parte da juventude ocupa. Nas comunidades rurais, geralmente é oferecido apenas o ensino fundamental, para os jovens cursarem o ensino médio, necessariamente terão que ir para a cidade (uma prática pensada do capital para aproximar a juventude do campo às idéias urbanas). Em relação à educação formal, o limite está no que a escola ensina, pois os conteúdos são descolados da realidade do campo. Isso reforça cada vez mais o preconceito de que para trabalhar no campo, não precisa de estudo.

A juventude camponesa também participa de espaços de lazer, mas estes, nem sempre acontecem no espaço geográfico do campo, pois a realidade na maioria das comunidades não disponibiliza de espaços de lazer para o jovem e para toda a comunidade em geral. Os jovens acabam buscando na cidade, formas de diversão. Como podemos comprovar no trecho a seguir:

Os jovens da roça encontram poucos espaços de lazer, de diversão. Os espaços de lazer e de convivência entre os jovens que se cria na roça são marcados pela influência da cultura de massa, característica do meio urbano, que procura incentivar um padrão de vida que os afasta da realidade do campo, impondo um jeito de se vestir e produtos para serem consumidos, lugares a serem freqüentados, músicas a serem ouvidas. A cultura urbana torna-se referência para a construção de seus projetos de vida, ao mesmo tempo em que ainda cultivam laços com a cultura de origem. (CARNEIRO, 1997, apud: SILVA, et al. 2006, p. 88)

Atualmente, muitos jovens buscam alternativas de vida, fora do ambiente camponês, para isso é importante que se reflita sobre a forma como vimos e tratamos a juventude. É necessário, então:

Resgatar a esperança do jovem da roça, no sentido da permanência do jovem no campo, cultivando um jeito de ser camponês, ligado a agroecologia, ao compromisso com a terra e com a luta dos trabalhadores do campo. (SILVA, et al. 2006, p. 82)

E mais, para que esta juventude tenha gosto de viver no campo e se reconhecer como “jovem camponês” é importante também:

A participação dos jovens em coletivos com discussão política pode reforçar sua opção pelo campo, à medida que passam a entender a situação da agricultura e se envolvem nos debates sobre reforma agrária, sementes transgênicas, área de livre comércio, modelo agrícola do país. Este tipo de questões acaba fazendo estes jovens pensar sobre sua própria vida, e sobre que compromissos sociais devem ser assumidos. Em muitos casos, isso significa a consolidação da sua identidade de trabalhador do campo e de jovem inserido em movimentos sociais. (SILVA, et al. 2006, p. 91)

Estes jovens assumem tarefas políticas e passam a se preocupar com os problemas sociais enfrentados pela comunidade e pelo todo da sociedade. “E nesse processo de se expor e de se firmar como *jovem* e como *jovem do campo*, esses jovens se formam e acumulam experiências pessoais e coletivas.” (SILVA, et al. 2006, p. 94)

Desta forma, podemos afirmar que a juventude camponesa, em contado com o meio social em que vive se forma, constitui sua identidade através dos espaços que participa. Se ela vive no meio a agroecologia vai adquirindo consciência e valores diferentes de outros jovens que vivem em meio à agricultura convencional ou em diferentes espaços. É o que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO – III

“Não é preciso ser filho de doutor,
jovem da roça também tem valor”¹⁴
(Antônio Gringo)

3. CONTRIBUIÇÕES DA ACERT NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AGROECOLÓGICA DA JUVENTUDE

Como já vimos nos capítulos anteriores a ACERT foi fundada em 1991 por jovens que acreditavam em uma agricultura diferente da imposta pelo sistema capitalista, e ousaram fazer diferente. Durante estes 20 anos de agricultura ecológica na região, a juventude sofreu impactos no seu modo de viver e conviver com a natureza. Estes agricultores que iniciaram a associação, hoje não mais jovens, porém incentivam seus filhos ao trabalho agroecológico. Estes jovens do século XXI (dias atuais), infelizmente são, em números, menores que os da década de 80 e 90. Mesmo sendo poucos, é uma chama que se mantém acesa da agroecologia na região.

As próximas seções que compõem este terceiro e último capítulo têm a intencionalidade de perceber as contribuições da agroecologia para o processo de formação, não apenas dos jovens, mas de todos os sujeitos que dela vivem. Como também, aponta a ACERT como um espaço de formação, pois nestes vinte anos de caminhada, contribuiu para que os jovens tivessem uma formação diferenciada, bem como apresenta propostas para o avanço do trabalho na agroecologia e na formação da juventude camponesa. Conferimos a seguir.

3.1. Contribuições da agroecologia para a formação

Depois de compreender os conceitos de agroecologia, fundamental neste

¹⁴ Fragmentos da música “Jovem da Roça” do cantor e compositor Antônio Gringo.

trabalho, e através da vivência com os sujeitos de pesquisa foi possível perceber como ocorrem os processos de formação através da agroecologia. Nesta seção se encontra os dados que comprovam que a agroecologia é um espaço de formação não apenas para a juventude, mas para todos os sujeitos que tem relação com ela.

Como já vimos, atualmente o termo agroecologia, como tantos outros, por exemplo: orgânicos, sustentabilidade, responsabilidade social, entre outros, estão na moda, muitas empresas ganham prestígio e maior reconhecimento financeiro por dizer estar preocupada com a saúde do meio ambiente. Como pode ser conferido no trecho que segue abaixo:

Empresas poluidoras da natureza, das mentes, do desejo e da vontade, agora desfilam com a bandeira da responsabilidade social e ambiental, ao que chamam *desenvolvimento sustentável*. Hoje não só os pobres e as crianças gritam, mas o ar, os animais, as árvores, a terra e o planeta todo. Diante de tais gritos, apregoa-se a necessidade de uma educação para a *cidadania ecológica*. Isso é indispensável e urgente, haja vista a grande diferença entre o “volume da poluição” gerado pela indústria, pela produção, pelo comércio e consumo e o “volume da consciência sócio-ambiental” existente. (SUSIN, 2009, p. 77-78)

Desta forma, a palavra agroecologia vem sendo apropriada pelo capital, usando-se da onda de “falsa conscientização ecológica” para ganhar espaço nos debates ambientais. O que há por trás desta preocupação ambiental por parte das grandes empresas capitalistas é a geração de lucro e da exploração silenciosa dos trabalhadores. Atualmente se encontra muitos produtos “orgânicos” em prateleiras de supermercados, porém com preços elevados, impossibilitando o trabalhador ter acesso a um “produto limpo”. É a idéia de que os ricos precisam consumir produtos saudáveis para serem mais inteligentes, fortes e dominadores. Enquanto o povo consome os produtos químicos e industrializados, com agrotóxicos e transgênicos, para serem cada vez mais fracos, ingênuos, e mais maleáveis à exploração.

A agroecologia que propomos, não é esta que o agronegócio / sociedade capitalista defende, mas sim em um modelo de agricultura onde se estabeleça uma relação de cuidado com o todo. Quem faz agroecologia não é o latifundiário que planta sem veneno em suas extensas propriedades de terra, com o objetivo de gerar lucro. Quem “vive a agroecologia” é a família camponesa, que tem como base o trabalho familiar, não assalariado, sem exploração e não capitalista.

Para isso, o camponês busca formas de resistir no campo com qualidade de vida, sem trabalho explorado (isso implica em não ser explorado e não explorar os

demais), organizando grupos, associações e cooperativas, com produção para o auto sustento familiar, com bases na economia solidária, sendo guardiões de sementes e raças crioulas, biodiversidade vegetal e animal, entre outros. O camponês, diferente do que muitos pensam, é dotado de conhecimentos, sejam empíricos, ou não, conhece a natureza e se utiliza dela ao seu favor sem agredi-la.

O modo de vida camponês valoriza a vivência familiar e comunitária. Tem o compromisso com as pessoas e com o meio que se inserem. As pessoas se conhecem, cada um tem um modo de ser, mas formam um todo a partir da individualidade de cada sujeito, assim, vivem em “comunhão”.

A comunidade é um elemento central no modo de vida camponês. Destruir suas comunidades é destruí-lo por inteiro. Na comunidade há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução de conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida e da convivência com a morte. (GÖRGEN, 2004, p. 13)

O camponês brasileiro tem uma marca muito forte, que é a “diversidade”. É uma diversidade cultural, de raízes culturais diferentes e de jeitos diferentes de se relacionar com a natureza. O Brasil é extenso e diverso, por isso, é importante a valorização dos diferentes conhecimentos do modo de ser camponês. Isso vai formando identidades locais e ambientais.

Os camponeses brasileiros são muitos e tem na diversidade uma de suas riquezas. Soube adaptar-se ao mundo onde fincou o pé. Por isto que o campesinato brasileiro faz de tudo, produz de tudo, de várias formas, nos diversos biomas, nos inúmeros agroecossistemas, nos centenas de microclimas, de forma integrada, convivendo com as especificidades de cada local. (GÖRGEN, 2004, p. 13)

O camponês só consegue adaptar-se ao local que se insere, porque aprende com o ambiente em que vive. Esse “aprender” está ligado a sua íntima relação com a natureza, a partir da observação do tempo, dos astros, das estações do ano, da geografia do espaço e de todo o ambiente que o cerca. Os conhecimentos que os camponeses têm não lhe foram passados na escola, mas formados a partir da vivência e convivência com a natureza e os demais sujeitos.

A agroecologia como um modo de viver, por si só forma os sujeitos. A maneira harmônica de um camponês se relacionar com seu meio, entendendo-o

como parte da natureza, vai lhe fornecendo valores e atitudes diferentes de uma pessoa que não se preocupa com a natureza, pois não se sente parte dela.

A agricultura camponesa está marcada por contradições e enfrentamentos para continuar resistindo. Sofre fortes pressões para que desapareça. Para os capitalistas, o campo não é lugar de gente, de vida, mas sim um lugar apenas de produção. O camponês e sua família ao passo que resistem e mantêm esta luta permanente para garantir sua existência vão assumindo a identidade de “camponeses e de camponesas”, formando assim, consciência como classe trabalhadora.

O jovem neste contexto, como parte da família camponesa, aprende com o modo de viver na agroecologia, pois está inserido neste processo de produção e reprodução da vida.

O trabalho se configura como uma vivência educativa para os jovens, tanto nas experiências de aceitação dos modelos convencionais de produção, como de construção de práticas agroecológicas que respeitam o ambiente e valorizam a biodiversidade, envolvendo a participação da família toda nos processos de planejamento, trabalho e projeção dos investimentos. (...) O processo de inserção do/a jovem no trabalho familiar camponês, precisa ter sentido para produzir sua existência social e, ao mesmo tempo, para cultivar sua identidade de jovem do campo. (SILVA, et al. 2006, p. 86)

Desta maneira, podemos perceber que a agroecologia, como modo de vida, como uma nova e, ao mesmo tempo antiga forma de se relacionar com a natureza, como um instrumento de luta e resistência no campo é também um espaço de formação. Pois os sujeitos formam valores e tem atitudes de defesa e cuidado com a vida, em todos os sentidos.

3.2. Como a ACERT contribui para a formação da consciência agroecológica da juventude camponesa

A ACERT, como uma associação agroecológica, pôde com o tempo, ser um espaço de formação para os jovens que dela já participaram e para os que ainda participam. Algumas características podem ser observadas tanto nos camponeses, como na juventude pertencente à ACERT.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar que esta juventude possui um diferencial notável dos demais jovens, eles não tem mais vergonha de dizer que são “jovens camponeses e jovens camponesas” que trabalham e vivem no campo. A vivência familiar de diálogo e cuidado, o cotidiano dentro de uma associação de agricultores baseado no trabalho coletivo, faz um contraponto ao individualismo pregado pela sociedade capitalista.

Na vivência que tive com a juventude da ACERT, pude perceber que estes jovens que trabalham no campo, não apenas fazem isso por obrigação dos pais, ou por não ter outra opção. A maioria destes jovens teve a oportunidade de estudar, se formaram e ficaram trabalhando no campo por opção, por acreditar que esse trabalho é valorizado.

Estes jovens, inseridos em um espaço coletivo, são capazes de aprender, e falar de aprendizagem é dialogar com experiências acumuladas e sistematizadas que vão sendo construídas a partir das necessidades da vida (LIMA, et al. 2006). A partir do trabalho coletivo, do diálogo com outras realidades, no recebimento de visitas, os jovens vão percebendo a tarefa que eles têm como jovens e como camponeses. Estas relações, a partir da vivência cotidiana, possibilita aos “jovens se perceberem como sujeitos sociais construtores, fazedores de história, capazes de intervir na realidade vivida.” (LIMA, et al. 2006, p. 103)

Dentro da organicidade da associação acontecem reuniões, que além de ser um espaço de debate e encaminhamentos sobre questões práticas cotidianas, acontecem também momentos de reflexão, que possibilita pensar sobre a própria identidade da associação e o trabalho na agroecologia.

A ACERT, não é apenas uma associação, mas um movimento de agricultura ecológica, que coloca os sujeitos em movimento, a refletir sobre a realidade, mostrando que não é apenas um modo diferente de produzir e viver no campo, mas uma forma de resistência contra a exploração dos camponeses. Muitos destes jovens e demais agricultores fazem parte da ACERT, mas também participam ativamente como militantes da PJR, MMC e MPA.

Podemos dizer que entre os jovens do campo, inseridos em movimentos sociais, aprender tem sentidos diversos, vai desde a busca da instrumentalização para a sua prática até algo que lhes ajude a ser sujeitos capazes de construir novas relações na vida cotidiana, de superação das necessidades básicas até o alcance de objetivos mais amplos. (LIMA, et al. 2006, p. 107)

O conhecimento não é produzido apenas no espaço formal da escola, de uma sala de aula, mas ele acontece nos diversos espaços que a juventude participa, como por exemplo, os grupos de jovens, na comunidade, na família, nas festas, nos atos políticos, e no trabalho com a agroecologia. Esses são diferentes espaços privilegiados de formação e produção de conhecimento. (LIMA, et al. In: CALDART, PALUDO, DOLL, 2006)

O trabalho nas feiras é uma ferramenta importante para a agroecologia, além de ser o mecanismo mais fácil do agricultor familiar, e também do jovem, chegar ao mercado, é também, um espaço onde ele exerce autonomia e controle da sua produção. Além disso, tem o contado direto com os consumidores, estabelecendo outros vínculos que não só comerciais, mas também vínculos educativos e pedagógicos. Muitas vezes estes consumidores do meio urbano têm guardado e cultivado sementes que vieram de diversos locais, uma forma de conservação da biodiversidade de sementes. Os jovens que trabalham nas feiras sentem-se orgulhosos, pois os consumidores valorizam seu trabalho. Um dos agricultores diz: *“As plantas são como meus filhos, eu cuido bem delas para que cresçam com saúde e possam alimentar minha família e os consumidores”* (AGRICULTOR C).

Essa juventude tem auto-estima, sabe que o trabalho no campo não é fácil, ainda mais na agroecologia, que necessita de um cuidado maior, mas têm a certeza que tudo isso não é em vão. São capazes de ter idéias novas e conseguem compreender outras coisas, é uma juventude crítica, participativa na vida da comunidade, consegue ter mais facilidade de expressão. Como uma jovem mesmo afirma: *“A ACERT possibilitou conhecer outras coisas, ajuda a gente a não ser tão tímida, conversar com as pessoas”* (JOVEM B).

Nas entrevistas realizadas com a juventude pude perceber que eles têm consciência que agroecologia não é apenas o “não colocar veneno”, sabem de toda a relação do cuidado com a natureza e todo seu entorno. Reconhecem que as melhorias geradas na sua família vão desde uma relação mais harmônica com o meio, a melhoria da qualidade de vida, uma melhor saúde, o embelezamento da propriedade pela biodiversidade e estarem inseridos em um sistema agroflorestal.

Em um dos diálogos, uma jovem afirma:

[...] meu pai trabalhava com veneno, não tinha nenhum conhecimento sobre isso, depois que ele foi entrando, que eu fui tendo algum conhecimento sobre ecologia, o que era, para que é bom, eu percebi que era mesmo bom para saúde das pessoas que trabalhavam na agricultura ecológica, e tanto para o meio ambiente, ajuda a não ter tanta poluição, contaminar a terra e o solo. E o meu pai quando botava veneno, de vez em quando ele tinha dor de cabeça, vivia tomando remédio para dor de cabeça, novalgina ele tomava direto, e agora é difícil ele tomar um remédio para dor de cabeça. (JOVEM A)

Outras preocupações destes jovens inseridos na ACERT são com o cuidado com o lixo e a separação destes. O lixo orgânico serve para adubação orgânica, o lixo seco é separado e destinado a coleta pela prefeitura que encaminha a uma empresa de reciclagem. Outro agricultor comenta que:

[...] quando trabalhava de forma convencional (usando agrotóxicos) a roça era cheia de lixo das vasilhas de veneno. Ao redor da casa não era tão cuidado como hoje, atualmente, na roça até deixamos crescer flores, tornando nosso lugar de trabalho mais bonito. (AGRICULTOR D)

Os hábitos alimentares dos jovens e também de suas famílias mudaram muito, não apenas por consumirem alimentos sem agrotóxicos, mas pela diversidade na alimentação. Os agricultores da associação costumam dizer: *“Feira boa, volta-se com dinheiro para casa, feira ruim, volta-se com alimento”*, isso porque na volta das feiras os produtos que não foram vendidos são distribuídos entre as famílias da associação. Outro fato são as descobertas de novos alimentos, por exemplo, o inhame era muito utilizado na alimentação de porcos, hoje quase todas as famílias da associação consomem o tubérculo em suas refeições, além disso, nas feiras, o consumo de inhame aumentou significativamente. Como também é o caso do taiá e yacon¹⁵, entre outros. Assim, a saúde das famílias melhorou pela alimentação diversificada e saudável.

Economicamente as famílias também melhoraram, fazendo com que o jovem percebesse que além de ser vantajoso o trabalho com a agroecologia pelos benefícios ambientais e de qualidade de vida, financeiramente também era positivo este trabalho. Quando o jovem participa dos trabalhos e se sente sujeito, participando dos espaços de decisão na família, e percebendo os retornos financeiros, este jovem permanece no campo e consegue ver perspectivas de

¹⁵ O taiá, ou também conhecido como taioba, é um tubérculo da família do inhame, na alimentação humana são utilizadas apenas suas folhas. O yacon é uma variedade de batata, indicado principalmente para diabéticos, o mesmo também pode ser consumido in-natura.

avançar neste trabalho. Mas quando o jovem desempenha o papel de apenas uma força de trabalho no conjunto familiar, não consegue ter uma visão maior, como pode ser conferido no trecho que segue:

Os jovens que não se sentem parte da sua produção, ou seja, não se sentem sujeitos de sua existência na terra, têm mais facilidade de naturalizar a relação de venda de sua força de trabalho para um patrão, que tanto pode ser do campo como da cidade. (SILVA, et al. 2006, p. 86)

A venda dos produtos orgânicos não acontece apenas nas feiras, as famílias entregam para cooperativas de consumidores locais, como a COOPET – Cooperativa de Consumidores Ecologistas de Três Cachoeiras e a ECOTORRES – Cooperativa dos Consumidores Ecologistas de Torres, venda para o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, mercados locais, entre outros.

O trabalho na agroecologia tem gerado renda para as famílias, melhorando a qualidade de vida e assegurando a permanência da juventude no campo. Ela fica trabalhando na roça e ainda consegue estudar, ter momentos de lazer com amigos e família. Uma das jovens entrevistada diz:

E a gente [família] conseguiu outras coisas, antes meu pai falava que não tinha dinheiro para nada, que só tinha dinheiro para comer, comprar algumas roupas e remédio. Já conseguimos comprar um pedaço de terra, depois que o meu avô morreu, compramos algumas heranças [terras de outros irmãos]. Melhoramos nossa casa, compramos a tobata, que o pai fala que comprou com o dinheiro da feira. E assim da vontade de continuar. Ele [pai] pagou umas dívidas que tinha antes, hoje a gente não deve mais nada pra ninguém. (JOVEM A)

Com isso, é possível perceber que a agroecologia precisa ser economicamente viável. Não adiantaria um jovem ter consciência agroecológica, saber de todos seus benefícios, se não conseguisse se sustentar financeiramente. Hoje, alguns filhos de agricultores da ACERT que possuem menos terra e por isso tem menos produção, embora compreendendo a importância do trabalho na agricultura ecológica, tiveram que sair do campo, para continuar os estudos e trabalhar fora para garantir o seu sustento. Um dos jovens que saiu para estudar e trabalhar na cidade, fala que ainda “sonha em voltar para a roça”. Os poucos que ficam no meio rural vão contribuindo para que o trabalho com a agroecologia não pare.

E mais, estar engajado em uma associação ecológica possibilita o jovem conhecer outros espaços, estar em atividades fora do seu meio habitual, alguns jovens já participaram em eventos e seminários fora do estado e até do país, participação em cursos de formação, intercâmbios e tantos outros eventos. É um momento de formação, mas também possibilitam aos jovens conhecer outras realidades e ampliar seus horizontes. Se não fosse o trabalho com a agroecologia, poucos teriam a oportunidade de viajar, e conhecer outros lugares e pessoas.

Outro fator, são os cursos realizados pelo Centro Ecológico, que as famílias e os jovens tem a oportunidade de fazer, como por exemplo, de artesanato de fibra de bananeira e sementes, conservas, doces e compotas de frutas, que além de agregar valor aos produtos é uma forma de gerar mais renda a família camponesa e também de formação da mesma. Outros cursos organizados pelo Centro Ecológico são sobre os Princípios Básicos de Agroecologia, Agricultura Biodinâmica, entre outros.

A juventude quando organizada em espaços coletivos, como em associações, grupos, movimentos, entre outros, vai transformando sua vida e formando sua consciência.

O engajamento em um grupo organizado mudou a vida de jovens militantes, onde a discussão de problemas sociais e a partilha de seus próprios problemas assumem caráter educativo, direcionam referências no coletivo, possibilitam a atuação de espaços e a criação de expectativas de uma perspectiva de vida. O grupo se torna, então, formador do interesse pela vida social, de valores éticos, da necessidade de intervir nos fatos, da consciência crítica diante da vida. A consciência transforma o indivíduo e o grupo, desloca o indivíduo de si próprio e o transporta para o universo do outro. (LIMA, et al. In: Caldart; Paludo; Doll, 2006, p. 109)

A formação realizada nos grupos da região visa à conscientização das pessoas no âmbito sociocultural e político, o ecológico faz parte deste processo. Formando sujeitos que refletem sobre suas ações no mundo e suas consequências. Vêm na agroecologia um modo de vida que possibilita uma prática de ações positivas. Por isso a agroecologia, e também a ACERT pôde ser um espaço de formação da juventude camponesa. Isso não quer dizer que somente ela o forma, mas esta formação acontece simultaneamente com a participação da juventude em todos os espaços que ela participe.

Portanto, a ACERT, como um espaço de formação para a juventude, é também um instrumento de luta. Essa formação acontece pela vivência em grupo, pelo contato e diálogo com outras realidades e demais elementos já apresentados anteriormente, mas a ACERT forma conscientemente a juventude porque é também um espaço em contradições. As contradições são importantes e fundamentais em um processo de formação da consciência. Ao mesmo tempo em que a ACERT é um meio de gerar renda e viabilizar economicamente a vida do jovem, garantindo sua permanência no campo, ela insere esta juventude em uma luta mais ampla. Isso porque, estes jovens são convidados a construir um modelo de agricultura sustentável e soberano, o que implica em uma nova estrutura social, baseada em uma sociedade não capitalista, ou seja, socialista.

3.3. Proposições para avançar no processo de formação da juventude da ACERT

Através da pesquisa realizada com jovens e agricultores da ACERT, pude compreender que ela é um espaço formativo, pois seus integrantes possuem um diferencial das demais pessoas da sociedade como já relatado anteriormente. Quando foi realizada a análise do período de fundação da associação, e comparando com o momento atual, ao mesmo tempo em que foram percebidos pontos positivos, também há muitos pontos para avançar.

Na origem da ACERT, muitos jovens se engajaram no movimento agroecológico, havia empolgação em iniciar algo novo. Eram feitas muitas reuniões, cursos de formação política e estudo da realidade, era uma juventude muito crítica. E por isso havia também muito preconceito, os ecologistas eram tachados como “vermelhos”, de “esquerda”, embora nem todos fossem.

As reuniões da associação aconteciam durante um dia inteiro, iniciando pela parte da manhã, no início sempre era realizado uma mística (reflexão e partilha), e até ao meio dia se fazia o momento de formação, seja ela política, análise de conjuntura, princípios da agricultura ecológica, manejo agroecológico, técnicas de fazer biofertilizantes, e assim por diante. Ao meio dia, sempre tinha almoço

partilhado¹⁶. À tarde eram discutidos os assuntos referentes à associação, como por exemplo, as feiras, os custos de manter o transporte (ônibus), a compra de equipamentos (caixas, balanças, etc.), rodízio entre os agricultores para trabalhar na feira, organização de mutirões, entre outros assuntos.

No fim do ano era planejada uma festa de confraternização, quase sempre de dois dias, o povo acampava na praia, na beira de um rio, e festejava as conquistas do ano. Quase todos os anos participavam da Romaria da Terra, do Trabalhador, entre outras atividades. Era mais fácil para os agricultores saírem de casa.

Atualmente as reuniões são mais rápidas, iniciam a noite para não ocupar o tempo durante o dia, na produção da roça. Quando alguém lembra é feita alguma reflexão no início, mas quase sempre passa despercebida. Para ser feita uma confraternização no fim do ano, é difícil achar uma data, pois não é tão priorizado estas atividades de lazer. Nas Romarias, poucos ainda participam.

Algumas explicações podem ser dadas. Quando a ACERT iniciou eram praticamente jovens e alguns agricultores mais velhos, algumas pessoas se afastaram, e outras foram ingressando com o tempo. Aqueles que entraram mais tarde não viveram tudo aquilo que os sócios fundadores passaram. Como o preconceito já mencionado, os cursos de formação política, as dificuldades de encontrar mercado, a briga com as famílias que não acreditavam na produção orgânica, entre outras dificuldades. Com o tempo foi ficando mais fácil escoar a produção, não apenas em feiras, mas em outros pontos de venda, melhorando financeiramente a vida das famílias. As pessoas percebiam que se produzissem mais, poderiam vender mais e gerar mais renda. Porém era preciso trabalhar bem mais, e o número de integrantes nas famílias atuais é pequeno, são no máximo dois filhos. Com isso não sobra mais tempo para reuniões, confraternização, participação em romarias e, encontros fora da região.

Estes limites que a associação está passando, como as dificuldades de organização e a realização de momentos de formação, são observados em tantos outros espaços, que caracteriza a chamada “crise da esquerda”. Ou seja, está mais

¹⁶ Entende-se por almoço partilhado aquele que cada participante leva, de sua casa, algo que produziu, como por exemplo, a “paçoca de galinha”, pastéis, bolos, batata doce assada, doces caseiros, carne assada, roscas, pães, entre outros. Estes alimentos são colocados em uma mesma mesa, e todos partilham com os demais.

difícil para articular a classe trabalhadora, ou até mesmo, porque seja difícil, nos dias atuais, reconhecer quem é essa classe. Muitos movimentos e organizações populares tem sentido dificuldade na mobilização do povo, bem como em realizar momentos de formação política. Isso se relaciona com a acomodação e uma maior preocupação com o indivíduo, características de uma sociedade capitalista.

A relação de tempo para um camponês, na sua essência, deveria ser diferente da noção de tempo de um empregado que deve prestar contas de seu trabalho para o patrão. Para um camponês, a vida deve ser organizada a partir das necessidades da família, dando espaço a momentos de lazer, descanso, estudo, não apenas de trabalho. Com a necessidade ou a vontade de gerar mais renda, muitas famílias abrem mão do tempo do “ócio produtivo” para trabalhar mais, o que vem afetando a cultura camponesa.

Neste caso, não seria necessário, na ACERT, o resgate por completo das dinâmicas do início, até porque a realidade e os tempos são outros. O que é preciso é o resgate dos princípios, dos objetivos que moveram jovens a ousar um trabalho diferenciado que contrapunha o modelo da agricultura imposto nos anos de 1980 e 1990.

Aproxima-se da comemoração aos vinte anos de fundação da associação, esta que completará em novembro de 2011, 20 anos de caminhada. São os agricultores mais antigos que se interessam em comemorar e celebrar a caminhada e as conquistas. Aqueles que ingressaram na ACERT anos depois, não têm esse mesmo interesse. Como se fosse mais importante apenas o lado econômico, é o risco que se corre. É preciso retomar a mística, lembrar quais são os objetivos pela qual a ACERT nasceu, não foi para enriquecer os agricultores, mas sim melhorar a qualidade de vida de todas as famílias, pertencente ou não da associação.

Frente a essa realidade, são colocados alguns desafios, que podem qualificar o trabalho não apenas com a juventude, mas com o conjunto de sujeitos envolvidos na ACERT. O primeiro desafio é fazer o resgate dos objetivos da ACERT, para que as formas impostas pelo capital (lucro, individualismo, trabalho explorado, etc.) não suprimam os objetivos de transformação social.

É importante amadurecer o diálogo com a juventude, possibilitar mais espaços de atuação, pois os jovens têm capacidade de participação orgânica, sendo lideranças e sujeitos do processo. Para isso é importante “olhar os jovens como sujeitos em formação, aprendentes, vivendo um período de muitas incertezas e,

essencialmente, vivendo o processo de aprendizagem de viver a vida.” (LIMA, et al. 2006, p. 110)

Outro desafio é de “desenvolver um método adequado que prime por formar sujeitos que protagonizem seu processo de auto-organização e que sejam capazes de canalizar o seu potencial criador em prol da sociedade e da comunidade em que vivem”. (Idem, 2006, p. 110)

E por fim, é fundamental retomar a história, para que a juventude não se esqueça das bases da agroecologia. É importante gerar renda, mas o verdadeiro objetivo é a transformação social, a preservação ambiental, alimentação saudável, igualdade social, educação no e do campo de qualidade, saúde, e melhoria qualidade de vida para toda a população. O trabalho com a memória da ACERT deve ser feito, pois ela representa uma história de luta e resistência, e mais, este trabalho “pode ajudar a enraizar o jovem em sua própria história, cultivando o sentimento de lutar pela continuidade de sua existência no campo e ampliando sua consciência sobre as relações sociais mais amplas”. (SILVA, et al. 2006, p. 96)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação, de que a ACERT como uma organização de famílias camponesas é um espaço formador, foi possível através da análise da história e constituição da ACERT, bem como da realidade atual das famílias. Com o movimento da agroecologia, realizou-se oficinas, palestras, cursos, seminários e muitas atividades de formação, além dos intercâmbios com experiências práticas em agroecologia. Por isso, muita informação foi gerada, e esta, num sentido amplo de questionar o modo de vida pessoal e comunitário. Tendo como tema principal a VIDA e conscientizando esses sujeitos para a “luta em defesa da VIDA”. O processo de conscientização se constrói, em cada ser, baseado num processo de absorção de informações relacionando com sua prática, formando sua visão de mundo. Podemos ver isso na fala de muitos/as agricultores/as que dizem que depois que se tem consciência não é difícil praticar a agricultura ecológica, ou até mesmo, fica difícil agir de outra forma.

Em vinte anos de caminhada, entendendo caminhada como um processo de formação, a ACERT tem rico acúmulo de conhecimentos e informações sobre agroecologia, que pode motivar e ensinar outras experiências em agroecologia, tão importante para qualificar a agricultura camponesa. A feira também se estabelece como espaço de formação, no contato direto entre agricultores e consumidores, no diálogo entre estes, há uma troca de saberes.

As atividades de formação sobre agroecologia e cooperação, que ajudaram na formação da associação, foram muito importantes, não apenas na constituição da ACERT, mas também na mudança de estilo de vida dos sujeitos envolvidos, formando-os com consciência crítica. Atualmente, estes momentos de formação estão enfraquecidos, as reuniões e assembléias muitas vezes são para resolver questões pontuais, como por exemplo, a comercialização. É importante retomar os momentos de diálogo, de convívio e de troca de experiências.

Por ter quase vinte anos, muitos pensam que não são mais necessários os momentos de estudo e formação. Não é porque já se tem uma longa história e, muitos saberes acumulados que se possa estagnar, pelo contrário, há muito que evoluir. A ACERT tem muito que ensinar, mas nunca se esgotam as possibilidades

de aprender. Este aprendizado não deve ser o mesmo de vinte anos atrás, mas sim em outro nível, avançando não apenas nas práticas agroecológicas, mas na participação na comunidade, contribuindo nas transformações sociais.

Isso é fundamental para que os sujeitos continuem capacitados no trabalho de agroecologia, e desta forma, avancem no processo de formação de uma consciência crítica. A juventude, como uma categoria, está em movimento e em constantes transformações, e é justamente por esta razão que não podemos parar de pensar e organizar espaços de formação, de análise da realidade, fazendo com que os jovens camponeses dêem sequência ao trabalho iniciado por seus pais.

Além disso, que estes jovens, consigam compreender o verdadeiro objetivo da agroecologia. Para que tenham condições de se viabilizar economicamente, mas que tenham consciência que a agroecologia é muito mais do que a produção orgânica, é uma forma de vida, de se relacionar com a natureza e, principalmente de propor um novo modelo de agricultura e de sociedade sem relações de exploração no trabalho, de novas relações de gênero e de poder, do trabalho cooperado, de uma economia justa e sustentável. Enfim, para que a juventude seja realmente a construtora dessa nova sociedade.

Portanto, foi através da elaboração desta pesquisa, seja ela no campo teórico, com leitura e análise de diversas teorias, como também no campo prático, no diálogo com jovens e agricultores, que foi possível compreender que a formação dos sujeitos acontece mediatizadas nas relações com o outro, com a sociedade e a natureza. Assim, os sujeitos se formam a partir dos espaços que participam. A agroecologia é um dos espaços formadores, porque é um espaço de vida e de trabalho, baseada nas relações familiares, comunitárias, com a natureza e com a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. M. **Retratos da juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BENEVITES, Maria Victória de M. **Conversando com os jovens sobre direitos humanos**. In: VANNUCHI, Paulo; NOVAES, Regina (orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOFF, Leonardo; BETTO, Frei; BOGO, Ademar. **Valores de uma prática militante**. Caderno nº 9 da Consulta Popular. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível: hospitalidade direito e dever de todos**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMPOS, Maria M. Malta. **Pesquisa Participante: Possibilidades para o estudo da escola**. Caderno de pesquisa (49). 1984.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina. **Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea**. In: VANNUCHI, Paulo; NOVAES, Regina (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CECHIN, Antonio. **Empoderamento popular: uma pedagogia de libertação**. Porto Alegre: ESTEF, 2010.

DELAI, Rizzieri; RUSCHEL, Ruy Rubem. **Três Cachoeiras e suas comunidades**. Três Cachoeiras: [s.n.], 1996.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Os novos desafios da Agricultura Camponesa**. 3. ed. [S.l.: s.n.], [2004].

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho. et al. **Olha, nós fazendo política**. [S.l.]: EVANGRAF, 1998. 38p. (Cartilha de Formação Política).

GUARESCHI, Pedrinho. **Ensino Social da Igreja e Ideologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GUTERRES, Ivani (org.). **Agroecologia Militante: contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. 2. ed. (revista e ampliada). São Paulo: CPV, 2001.

ITERRA. **O MST e a Pesquisa**. Cadernos do Iterra nº3, 1. ed. Veranópolis, 2001.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu SP: Agroecológica, 2001.

LENIN; CASTRO, Fidel; BETTO, Frei. Tradução e revisão de Ana Corbisier e Miguel Henrique Stedille. **As tarefas revolucionárias da Juventude**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LIMA, Carla Martins Henrique de; et al. **Jovens em movimentos(s)**. In: CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (org.). Como se formam os sujeitos do Campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA/NEAD, 2006.

LOWY, Michael. **Ideologia e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 15. ed. São Paulo: Editora Cotez, 2002.

LUTZENBERGER, José A. **Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro**. 5. ed. Porto Alegre: Movimento, 1999.

MEIRELES, Laércio. **Feira de produtos ecológicos**. 2007. Disponível em: www.centroecologico.org.br. (acesso em 23/06/2009).

PEREIRA, Pilato. **O irmão dos pobres**: Antônio Cechin, uma biografia. Porto Alegre: ESTEF, 2009.

PJR. **Relatório da 1ª reunião de agentes de pastoral de juventude do meio rural**. Três Passos, 1983.

PJR. **Princípios Orientativos da Pastoral da Juventude Rural do Brasil**. Passo Fundo: Batistel, 2002.

PJR. **Pastoral da Juventude Rural, RS - Plano de Ação Pastoral 2009 – 2011**. Porto Alegre: [s.n.], 2009.

SADER, Emir; GENTIL, Pablo (orgs.). **Pós-Neoliberalismo II**: Que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SCHAEFFER, Ignácio José. **Três Cachoeiras**: breve relato histórico da fundação de Três Cachoeiras. Três Cachoeiras, 1985.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo e MOLINA, Manoel González; tradução literal de Enio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. **Sobre a evolução do Conceito de Campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, Adaiane Doares da; et al. **Sujeitos jovens do campo**. In: CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (org.). Como se formam os sujeitos do Campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA/NEAD, 2006.

SUSIN, Luiz Carlos (org.). **Memória para o futuro**: nos passos de Irmão Antônio Cechin. Porto Alegre: ESTEF, 2009.

TIETBÖHL, Letícia Melo. **Pastoral da Juventude Rural**: um espaço de construção de práticas pedagógicas. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, Anos Iniciais do Ensino Fundamental: crianças jovens e adultos. UERGS: Veranópolis, 2006.

VIEIRA, Marcelo Nunes. **A agroecologia e sua contribuição para a permanência da juventude no campo**. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação de Tecnologia em Agroecologia. IFPR: Lapa – Paraná, 2010.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar gaúcha**. In: PICCIN, Maurício Botton (org.). A hora e a vez da juventude: educação, trabalho e outros direitos da juventude para desenvolver o Brasil e o Rio Grande do Sul. São Paulo: Página 13, 2010.

<http://www.trescachoeiras.rs.cnm.org.br/portal1/municipio/historia>. Acessado em 04/01/10.

<http://maplink.uol.com.br> Acessado em 30/03/10.

ANEXOS

Anexo A

Roteiro para Entrevista com Jovens

UnB – Universidade de Brasília

Itterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

Curso: Licenciatura em Educação do Campo

Turma: Patativa do Assaré

Educanda: Anelise Carlos Becker

Tempo Comunidade – Etapa Cinco

Apresentação

Esta entrevista tem como finalidade a contribuição com a pesquisa monográfica para o curso de Licenciatura em Educação do Campo, um convênio entre a Universidade de Brasília e o Itterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, localizado na cidade de Veranópolis – RS.

A pesquisa tem como tema: *“Como se dá o processo formativo de agroecologia na ACERT - Raposa com a Juventude”*. O campo a ser pesquisado é a ACERT, mais especificamente o Núcleo Raposa, dentro dos limites do município de Três Cachoeiras – RS, com o objetivo de compreender como acontecem os processos formativos da juventude na ACERT – Raposa.

Para isso, sua colaboração com o preenchimento deste questionário é fundamental, assim poderei conhecer melhor a história desta associação bem como os processos formativos no processo histórico da ACERT, bem como o debate sobre agroecologia e a participação e formação dos jovens neste espaço.

Conto com a ajuda e colaboração de todas e todos neste processo de construção do conhecimento.

ENTREVISTA

I – Dados de Identificação

1. Nome completo: _____

2. Sexo: () M () F 3. Idade: _____ 4. Data de nascimento: ____ / ____ / ____

5. Escolaridade: (marque com um “x” na opção)

- | | |
|-----------------------------------|------------------------|
| () Ensino Fundamental incompleto | () Ensino Fundamental |
| () Ensino Médio incompleto | () Ensino Médio |
| () Ensino Superior incompleto | () Ensino Superior |
| () Outros | |

6. Estado Civil: _____

7. Endereço Completo: _____

8. Telefones: () _____

9. E-mail: _____

10. Trabalho/Profissão: _____

II – Questões Gerais

1. O que conhece sobre a história da ACERT?
2. Já participastes de momentos e espaços de formação? Sobre o que, quantas atividades e onde? Conte um pouco sobre estas experiências?
3. Estas experiências citadas acima têm feito diferença em sua vida?
4. Como se dá sua participação nos espaços da associação? Participas em espaços de decisão, coloca opiniões, estas são aceitas?
5. Como é sua participação na família, coloca idéias, estas são ouvidas e aceitas?
6. O que entendes por agroecologia – agricultura ecológica?
7. O que entendes por consciência ecológica?
8. Para ti, quais as vantagens de trabalhar de forma agroecológica?
9. Você acredita que a experiência que tens, os conhecimentos e sua formação tenha aumentado após o engajamento na associação? Comente sobre isso?
10. Você vê um diferencial de um jovem que está engajado na ACERT, ou outra associação para um jovem que não participa destas atividades? Por quê?
11. Que tipo de experiência mais marcante você viveu na ACERT?
12. Quais os aprendizados adquiridos a partir da participação na agricultura ecológica?
13. Vês perspectivas de continuar com os trabalhos na ACERT, ou tens outro projeto de vida?

Anexo B

Roteiro para Entrevista com Agricultores

UnB – Universidade de Brasília

Itterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

Curso: Licenciatura em Educação do Campo

Turma: Patativa do Assaré

Educanda: Anelise Carlos Becker

Tempo Comunidade – Etapa Cinco

Apresentação

Esta entrevista tem como finalidade a contribuição com a pesquisa monográfica para o curso de Licenciatura em Educação do Campo, um convênio entre a Universidade de Brasília e o Itterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, localizado na cidade de Veranópolis – RS.

A pesquisa tem como tema: *“Como se dá o processo formativo de agroecologia na ACERT - Raposa com a Juventude”*. O campo a ser pesquisado é a ACERT, mais especificamente o Núcleo Raposa, dentro dos limites do município de Três Cachoeiras – RS, com o objetivo de compreender como acontecem os processos formativos da juventude na ACERT – Raposa.

Para isso, sua colaboração com o preenchimento deste questionário é fundamental, assim poderei conhecer melhor a história desta associação bem como os processos formativos no processo histórico da ACERT, bem como o debate sobre agroecologia e a participação e formação dos jovens neste espaço.

Conto com a ajuda e colaboração de todas e todos neste processo de construção do conhecimento.

ENTREVISTA

I – Dados de Identificação

1. Nome completo: _____

2. Sexo: () M () F 3. Idade: _____ 4. Data de nascimento: ____ / ____ / ____

5. Escolaridade: (marque com um "x" na opção)

- | | |
|--|---|
| ☐ Ensino Fundamental incompleto | ☐ Ensino Fundamental |
| ☐ Ensino Médio incompleto | ☐ Ensino Médio |
| ☐ Ensino Superior incompleto | ☐ Ensino Superior |
| ☐ Outros | |

6. Estado Civil: _____

7. Endereço Completo: _____

8. Telefones: () _____

9. E-mail: _____

10. Trabalho/Profissão: _____

II – Questões Gerais

Para quem ajudou na construção da ACERT na Região:

1. Comente um pouco sobre o que sabes da história da ACERT.
2. Qual é sua ligação com a formação da ACERT?
3. Como aconteciam os momentos de formação no início do trabalho (místicas, cursos, seminários, intercâmbios,...)? Quais eram os temas centrais? Quem contribuía com estes momentos de formação?
4. Quais eram os movimentos a favor da agricultura ecológica e os movimentos contra? Explique.
5. Como vê a participação dos jovens nos espaços da associação? Como acontece a formação/aprendizado com os novos jovens que estão se engajando no processo da ACERT? Quais são as perspectivas?
6. Acredita que a ACERT tem contribuído com a formação da consciência agroecológica? Tanto para os jovens que iniciaram no processo, quanto para os que resistem até hoje?
7. Você vê diferenças entre jovens que fazem parte da associação, com jovens que não participam deste meio?
8. Como você vê o trabalho da ACERT hoje? Acredita na continuidade do processo, e por quê? Existe algo a ser melhorado?